



A REALIDADE OCULTA: PERCEPÇÕES SOBRE OS PERPETRADORES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, BRASIL

Maio de 2024



SUMÁRIO EXECUTIVO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA) continua sendo uma questão crítica dos direitos da criança no Brasil. No entanto, há informações relativamente limitadas sobre as motivações e comportamentos dos adultos envolvidos na perpetração da ESCCA. Este estudo, elaborado pelo Instituto Promundo e pelo Freedom Fund, visa melhorar a compreensão da perpetração da ESCCA na Região Metropolitana do Recife, no Brasil, um local onde estima-se que uma em cada seis mulheres jovens vivenciou a ESCCA quando era menor (Freedom Fund, 2024). Como falar diretamente com conhecidos perpetradores da ESCCA revelou-se imensamente desafiador, o estudo consultou pessoas que frequentam áreas onde a ESCCA é supostamente prevalente, usando pesquisas e discussões em grupos focais para reunir percepções abrangentes sobre as normas sociais associadas à perpetração da ESCCA e relatos de infratores da ESCCA daqueles que interagem com eles. Especialistas em ESCCA também foram consultados através de entrevistas com informantes-chave.

A maioria dos participantes descreveu a perpetração da ESCCA como um comportamento desviante, especialmente quando envolve crianças menores de 14 anos. No entanto, com base na compreensão de gênero da adolescência como um período de prontidão sexual, as normas sociais que toleram o sexo entre adultos e crianças eram evidentes, especialmente quando envolvem homens e meninas adolescentes com 14 anos ou mais. Embora se entendesse que os perpetradores da ESCCA tinham características diversas, o perfil "típico" percebido era o de um homem local de meia-idade ou mais velho, sem qualquer ligação anterior com a criança e que tinha uma relativa vantagem de renda sobre a criança.

Os perpetradores da ESCCA foram descritos como envolvidos em diferentes tipos de ESCCA. Essas variavam desde trocas pontuais, normalmente de baixo valor, até relações mais duradouras. Essas últimas tinham maior probabilidade de serem enquadradas de forma positiva devido aos benefícios percebidos para a criança e sua família. Foram citadas diversas motivações possíveis para a perpetração, desde "doença" ou desejo sexual até a busca pelo poder. Em circunstâncias onde a criança era percebida como exercendo algum grau de agência, a responsabilidade dos perpetradores tendia a ser diminuída, com suas ações sendo explicadas em termos da solicitação direta ou indireta da criança, conforme retratado através do modo de vestir ou comportamento da criança. As principais conclusões incluíram:

 Quase metade dos homens pesquisados (49,4%) acreditava que, se um amigo próximo tivesse a oportunidade de pagar por sexo com um adolescente, sabendo que não haveria repercussões, ele o faria.

 Quase um em cada cinco (19,0%) homens entrevistados admitiu ter um amigo que sabia ter pagado adolescentes por sexo no último ano.

Os intermediários, que lucram com a ESCCA, também foram descritos como desviantes e motivados principalmente pelo dinheiro. Em comparação com os perpetradores, foram descritos como tendo uma relação de longo prazo com a criança, que dura enquanto a relação for lucrativa. Entendeu-se que os perfis dos intermediários diferem dependendo da sua relação com a criança. Os intermediários não familiares tendiam a ser descritos como homens mais jovens (com 20 anos ou mais) com rendas superiores à média devido à sua exploração. Os intermediários familiares eram entendidos como sendo mais tipicamente de famílias de baixa renda, contradizendo o mito do "cafetão" abastado. As mães envolvidas na ESCCA eram mais frequentemente retratadas como intermediárias ativas, uma representação que não se alinhava com o discurso dominante de que os homens são os decisores sexuais.

Tanto os perpetradores como os intermediários foram entendidos como potencialmente expondo as crianças ao engano, à violência e à coerção, em consonância com os indicadores de trabalho forçado e tráfico de pessoas. No entanto, embora se entendesse que a possibilidade de ação criminal dissuadia alguns potenciais perpetradores, a confiança nos mecanismos formais de justiça era tipicamente muito baixa. O medo de represálias foi comumente citado como razão para não denunciar a perpetração de ESCCA. Assim, as comunidades pareciam também recorrer a respostas de justiça informal, como o vigilantismo ou abordagens de prevenção situacional que reduzem as oportunidades de ofensa, mas também acarretam um elevado risco de culpar os sobreviventes. Criticamente, as pessoas que vivem e trabalham em locais que favorecem a ESCCA também tinham pouco ou nenhum conhecimento dos serviços de apoio aos sobreviventes da ESCCA.

Agradecimentos

Os autores são imensamente gratos às mulheres e aos homens que participaram deste estudo. Além de estarem dispostos a discutir este tema delicado, muitos compartilharam experiências profundamente pessoais. As suas contribuições inestimáveis enriqueceram significativamente as conclusões e foram fundamentais para o desenvolvimento de recomendações práticas e específicas destinadas a resolver o grave problema da exploração sexual comercial de crianças.

A pesquisa não poderia ter sido concluída com êxito sem os conhecimentos especializados da equipe do Instituto Promundo, liderada pelo Dr. Rodrigo Laro e composta por Mariana Azevedo, Patrícia Caetano, Dr. Miguel Fontes, Dra. Kellen Rezende, Liz Cosmelli, Vanderliza Rezende da Silva, Nanci Maria Feijó de Melo, Monica Barradas, Alline Machado, Pedro Felipe Gonçalo, Bruno Luiz da Cruz, Jonas Torrer Silva, e Eliene Maria Moura.

No âmbito do Freedom Fund, gostaríamos de reconhecer as contribuições da Dra. Helen Shipman, que contribuiu significativamente para este relatório, bem como de Debora Aranha, Dra. Elizabeth Anderson, Matilde Chora e Yuki Lo. Suas experiências no assunto e conhecimentos técnicos foram essenciais para este estudo, nomeadamente no fornecimento de feedback construtivo sobre o desenho da pesquisa, análise de dados e preparação das recomendações apresentadas neste relatório.

Agradecemos também os insights críticos de revisores especialistas que forneceram feedback sobre as metodologias e ferramentas aplicadas neste estudo. Agradecimentos especiais à Monique Prada, o Dr. Elder Cerqueira dos Santos, e à professora Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça.

A pesquisa foi financiada por uma bolsa do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Somos imensamente gratos pela orientação do seu Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas e pelo seu apoio contínuo a intervenções baseadas em evidências para combater a exploração sexual comercial de crianças no Brasil. As opiniões, descobertas e conclusões aqui declaradas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

RECOMENDAÇÕES

Com base nessas conclusões, o estudo faz as seguintes recomendações, que são descritas mais detalhadamente no relatório:

O GOVERNO DO BRASIL DEVERIA:

- 1 Aumentar a idade legal para o consentimento sexual, atualmente fixada nos 14 anos, visando reduzir a diferença entre esta e a idade mínima legal para praticar sexo comercial, que é a idade de 18 anos.
- 2 Reforçar a implementação da atual estrutura política e legislativa para prevenir e responder à perpetração da ESCCA. Isso envolve a atribuição de financiamento suficiente para o sistema judicial.
- 3 Aumentar o investimento na detecção da ESCCA on-line.

O GOVERNO DO BRASIL E OS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL FOCADOS NA ESCCA DEVERIAM:

- 4 Reforçar a resiliência das crianças contra a perpetração da ESCCA, aumentando o acesso a programas holísticos centrados na criança que abordam fatores que aumentam a sua vulnerabilidade aos infratores da ESCCA.
- 5 Reforçar a resiliência familiar contra a perpetração da ESCCA, promovendo a sua sensibilização e compreensão, abordando simultaneamente os fatores socioeconômicos que aumentam a susceptibilidade de uma família à ESCCA.
- 6 Implementar intervenções de mudança de comportamento destinadas a abordar as normas sociais e de gênero que desculpem ou justificam a perpetração da ESCCA.
- 7 Mecanismos-piloto baseados na comunidade para dissuadir e responder à perpetração da ESCCA.
- 8 Apoiar empresas voltadas para o turismo que demonstrem um compromisso em eliminar a perpetração de ESCCA por parte de seus funcionários.
- 9 Ter um foco específico na ESCCA na próxima campanha do dia 18 de maio ("Faça Bonito") em Pernambuco, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

ÍNDICE

SIGLAS	IV
TERMOS-CHAVE	V
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contexto	1
1.2 Questões de pesquisa	1
2. METODOLOGIA	2
2.1 Métodos qualitativos	2
2.2 Método quantitativo	2
2.3 Aprovação ética	2
2.4 Limitações	2
3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES	3
3.1 Percepções da comunidade sobre a perpetração da ESCCA	3
3.2 Perfil percebido dos perpetradores da ESCCA	10
3.3 Comportamentos percebidos dos perpetradores	13
3.4 Perfil percebido dos intermediários	18
3.5 Percepções sobre o papel dos intermediários da ESCCA	22
3.6 Locais percebidos de perpetração de ESCCA e momentos de alto risco	25
3.7 Motivações percebidas pelos perpetradores para se envolverem em ESCCA	27
3.8 Motivações percebidas dos intermediários para se envolverem em ESCCA	31
3.9 Fatores percebidos que desencorajam perpetradores e intermediários de se envolverem em ESCCA.	31
4. DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES	36
5. RECOMENDAÇÕES	38
ANEXO A: VISÃO GERAL DETALHADA DOS MÉTODOS	42
REFERÊNCIAS	47

TERMOS-CHAVE

No relatório, são utilizadas as seguintes definições:

- **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA):** Ao abordar a exploração sexual de crianças e adolescentes, há um debate contínuo sobre quais definições, marcos legais e terminologias são mais adequados. Baseamos a nossa definição no Parágrafo 5 da Declaração de Estocolmo e Agenda para Ação (1996) que define a ESCCA como “abuso sexual por adultos e remuneração em dinheiro, bens ou serviços à criança ou a terceiros. A criança é tratada como objeto sexual e como objeto comercial. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças e é equivalente ao trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão.”

Além disso, para os fins deste estudo, definimos a ESCCA como atos sexuais envolvendo crianças e adolescentes com 17 anos ou menos e que ocorrem em troca de dinheiro ou recompensa material. Este último inclui o pagamento sob a forma de presentes, serviços ou favores. Os atos sexuais incluem sexo com penetração, sexo oral, masturbação, tocar partes íntimas do corpo e performances eróticas, bem como produzir fotos ou vídeos pornográficos. Esses atos podem ser realizados pessoalmente, gravados remotamente ou transmitidos ao vivo.

Uma vez que este estudo foi financiado pelo governo dos Estados Unidos, a nossa definição está alinhada com as definições estatísticas do Departamento de Estado dos EUA e da Universidade da Geórgia para o tráfico de pessoas (Okech et al., 2020), bem como a Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico dos EUA de 2000.

- **Sexo comercial:** Refere-se a situações em que as pessoas trocam sexo por dinheiro, bens ou outros favores em espécie. De acordo com a lei brasileira, é legal que um adulto (com 18 anos ou mais) pratique sexo comercial, desde que não haja engano, coerção ou abuso envolvidos. A exploração de alguém de qualquer idade através do sexo comercial é proibida por lei.
- **Perpetrador:** É usado para se referir a indivíduos que fornecem dinheiro, bens ou favores em espécie em troca de atos sexuais com crianças.
- **Intermediário:** Refere-se a indivíduos que atuam como ponte entre a criança e o agressor e obtêm um benefício de seu papel, seja na forma de dinheiro, bens ou favores ou serviços em espécie. São terceiros que lucram com a exploração sexual da criança.
- **Agência:** Refere-se à capacidade da criança de tomar decisões e exercer poder. Neste relatório, quando nos referimos à agência das crianças, estamos nos referindo a uma forma de agência socialmente percebida que não necessariamente é defendida pelos autores.
- **Locais que favorecem a ESCCA:** Usamos esse termo para nos referirmos a locais onde há relatos de ocorrência de ESCCA ou locais com características que os tornam locais prováveis para a ESCCA, como bares, boates e hotéis em áreas associadas ao sexo comercial.

SIGLAS

R\$	Real brasileiro
ESCCA	Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes
GF	Grupo focal
KII	Entrevista com informante-chave
ONG	Organização não governamental
RMR	Região Metropolitana do Recife
US\$	Dólar americano



1. INTRODUÇÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCCA) é uma grave violação dos direitos das crianças. Continua a ser um problema crônico em todo o mundo, independentemente do desenvolvimento econômico de um país (Simon et al., 2020; The Economist Intelligence Unit, 2020), e tem efeitos sociais, físicos e psicológicos negativos a longo prazo nas crianças (ECPAT, 2015; Barnert et al., 2017). Reconhecendo isso, nas últimas décadas o governo brasileiro, as organizações da sociedade civil, o setor privado e as organizações multilaterais têm feito esforços para melhor compreender e combater a ESCCA no Brasil. Isso levou à classificação da ESCCA no Brasil como crime hediondo (Biblioteca do Congresso, 2014) e ao estabelecimento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No entanto, apesar dessas iniciativas, os recursos para a implementação de políticas são insuficientes (de Araújo Costa, 2021), e a ESCCA continua generalizada. Um estudo recente de prevalência envolvendo pesquisas com mais de 600 sobreviventes da ESCCA estimou que cerca de uma em cada seis mulheres jovens na Região Metropolitana do Recife (RMR) passou por ESCCA quando era menor de idade (Freedom Fund, 2024). No entanto, embora o conhecimento sobre os sobreviventes da ESCCA no Brasil esteja crescendo, sabe-se menos sobre os adultos que praticam a ESCCA. Isso impede o desenvolvimento de uma programação impactante e baseada em evidências que vise os infratores de ESCCA e as normas sociais que apoiam a perpetração.

Para colmatar essa lacuna de conhecimento, o Instituto Promundo e o Freedom Fund desenvolveram este estudo focado na perpetração para melhor compreender as motivações e comportamentos dos homens envolvidos na ESCCA na RMR. Uma vez que falar diretamente com vários perpetradores conhecidos da ESCCA revelou-se altamente desafiador (ver Anexo A), o estudo consultou pessoas que frequentam áreas onde a ESCCA é supostamente prevalente, reunindo as suas ricas observações e percepções de adultos que se envolvem em atos sexuais comerciais com crianças (perpetradores) e adultos que lucram com tais atos (intermediários). O estudo fornece, portanto, informações abrangentes sobre as normas sociais associadas à perpetração da ESCCA, juntamente com relatos em segunda mão de infratores da ESCCA retransmitidos por aqueles que interagem com eles.

1.1 CONTEXTO

O estudo ocorreu na RMR. Esse é um dos locais mais pobres do Brasil, com mais de 10,5% das famílias vivendo em extrema pobreza (PNUD, 2022).¹ Em 2021, o Freedom Fund estabeleceu um hotspot na RMR que se concentra na prevenção baseada em evidências e nas respostas à ESCCA. Desde então, o Freedom Fund tem participado em vários estudos de investigação em larga escala sobre a ESCCA na RMR, incluindo o referido estudo sobre a prevalência da ESCCA, cujos resultados são frequentemente citados neste relatório.

1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

O estudo teve como objetivo responder às seguintes questões de pesquisa:

1. Qual é o perfil percebido dos perpetradores e intermediários da ESCCA na RMR?
2. Quais são os comportamentos percebidos dos perpetradores e intermediários da ESCCA na RMR?
3. Quais são as normas sociais que cercam a perpetração da ESCCA na RMR?
4. Quais são os fatores motivadores e inibidores da ESCCA percebidos na RMR?
5. Quais são as recomendações para o combate à ESCCA na RMR?

¹ Definido como indivíduos com renda familiar per capita de R\$ 70 ou menos por mês em 2010, ou R\$ 131 (aproximadamente US\$ 25) por mês em 2021 quando ajustado pela inflação.

2. METODOLOGIA

O estudo utilizou uma abordagem de métodos mistos, combinando métodos qualitativos e quantitativos.

2.1 MÉTODOS QUALITATIVOS

Discussões em grupos focais (GFs) e entrevistas com informantes-chave (KIs) foram conduzidas com **cinco especialistas e 41 adultos que trabalham em áreas conhecidas pela ESCCA** para averiguar suas percepções sobre a perpetração da ESCCA. Este último grupo incluía homens e mulheres (cisgêneros e transgêneros) que praticam sexo comercial e pessoas que trabalham em locais que favorecem a ESCCA, incluindo guias turísticos, motoristas de taxi, proprietários de bares, funcionários de hotéis, vendedores ambulantes e empregadas domésticas (ver Anexo A para detalhes). Os participantes foram identificados utilizando uma abordagem de amostragem intencional que pressupunha que o emprego ou as atividades comerciais dos participantes em locais que favoreciam a ESCCA significavam que eles teriam interagido com os perpetradores e intermediários da ESCCA ou os teriam observado durante o seu trabalho. Validando essa suposição, quase todos os participantes discutiram casos reais de ESCCA. No entanto, os participantes que eram mais propensos a ter contato regular com os perpetradores e intermediários, como os adultos que atualmente trabalham com sexo comercial, normalmente forneciam as informações mais detalhadas. A maior parte da coleta de dados para os GFs e KIs foi realizada pessoalmente em hotéis e espaços de coworking na cidade do Recife, embora alguns KIs tenham sido realizados por telefone para facilitar a disponibilidade dos participantes. Os GFs e KIs foram transcritos e codificados usando análise de conteúdo pela equipe de pesquisa (Instituto Promundo), e depois verificados quanto à confiabilidade por uma consultora especialista em proteção infantil contratado pelo Freedom Fund (Helen Shipman, PhD). As entrevistas foram realizadas e transcritas em português. As citações fornecidas neste relatório foram traduzidas do português para o inglês, com algumas pequenas edições para maior clareza e sem alterar a mensagem dos participantes.

2.2 MÉTODO QUANTITATIVO

Depois que as dificuldades de recrutamento de infratores condenados de ESCCA para o estudo se tornaram aparentes (ver Anexo A), adicionamos uma pesquisa direcionada a homens que frequentam áreas conhecidas pela ESCCA. Os participantes foram recrutados utilizando uma abordagem de amostragem por conveniência, com adesão voluntária, baseada na sua presença nos dez locais ou estabelecimentos mais mencionados na fase qualitativa como áreas onde a ESCCA ocorre. O questionário da pesquisa foi preenchido por **80 participantes do sexo masculino** (ver Anexo A para detalhes). Em seguida, os dados foram analisados por meio de análise descritiva. Não foram realizados modelos inferenciais. Em vez disso, os resultados ajudaram-nos a verificar pistas e tendências a partir dos dados qualitativos, fortalecendo a nossa compreensão do perfil dos adultos que se envolvem em ESCCA, seja como perpetradores ou intermediários, e as percepções dos membros da comunidade sobre esses indivíduos.

2.3 APROVAÇÃO ÉTICA

A aprovação ética foi concedida para ambas as fases do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília, localizado na cidade de Brasília (CAAE: 61349422.8.0000.0023). Para obter detalhes sobre as considerações éticas tomadas ao longo do estudo, consulte o Anexo A.

2.4 LIMITAÇÕES

Embora o estudo tenha gerado resultados esclarecedores sobre a perpetração da ESCCA, uma série de limitações foram evidentes. Esses são discutidos em maiores detalhes no Anexo A, mas incluem o risco de viés de deseabilidade social quando os participantes discutiram a ESCCA e o escopo geográfico relativamente limitado do estudo (predominantemente a cidade do Recife). Uma limitação adicional e clara é a incapacidade do estudo de consultar diretamente os infratores conhecidos da ESCCA e a sua dependência, em vez disso, das percepções que a comunidade tem deles. No entanto, dado que a maioria dos participantes eram sobreviventes ou facilitadores da ESCCA, ou tinham testemunhado casos de perto, a abordagem escolhida ainda era um método apropriado para aumentar a compreensão desta população de difícil acesso. Finalmente, a pesquisa fez perguntas relacionadas apenas com a exploração sexual comercial de meninas adolescentes (com 17 anos ou menos) e não com outros gêneros.

3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os resultados dos métodos qualitativos e quantitativos são apresentados a seguir, com foco nas percepções da comunidade sobre a perpetração da ESCCA, nos fatores percebidos que a motivam e inibem, e nos perfis e comportamentos percebidos dos perpetradores e intermediários.

3.1 PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE SOBRE A PERPETRAÇÃO DA ESCCA

Ao considerar a forma como a perpetração da ESCCA é vista na comunidade, dois temas dominantes emergiram: *a perpetração da ESCCA como comum e a perpetração da ESCCA como desviante*. Um terceiro tema, menos comum, também foi levantado principalmente por homens: *Tolerância ou normalização do sexo comercial envolvendo meninas adolescentes*.

PERPETRAÇÃO DA ESCCA COMO COMUM

Em todas as KIs e GFs, houve uma percepção dominante de que a ESCCA é relativamente comum na RMR:

 Homem cisgênero no mercado do sexo, 02:	<i>Acontece sempre, sempre, sempre.</i>
Especialista, 02:	<i>Aqui no Brasil, no Nordeste sobretudo, a gente se depara com essa situação de uma forma muito comum.</i>
Homem guia turístico, 01:	<i>Você vê coroa de 45 anos, que não é daqui, pegando um jovem de 15 anos, colocar dentro do carro, levar e ninguém faz, nem diz nada... O povo olha de forma muito natural para isso. "Ele foi com coroa de 50 anos, porque vai dar 50, 100 reais para ele."</i>

Essa percepção de alta prevalência da ESCCA está alinhada com a pesquisa de 2024 do Freedom Fund sobre a prevalência de ESCCA na RMR, que descobriu que cerca de uma em cada seis mulheres jovens passou por ESCCA com 17 anos ou menos. As mulheres no mercado do sexo, os homens e as mulheres que trabalham em contextos que facilitam a ESCCA e os especialistas na temática eram mais propensos a atribuir à pobreza as elevadas taxas de ESCCA percebidas. No entanto, os especialistas também argumentaram que elementos históricos relacionados com a formação socioeconômica da região, como o colonialismo e o capitalismo extrativista, contribuíram para a prevalência, juntamente com fracos mecanismos de proteção infantil e turismo:

 Especialista, 02:	<i>É um turismo assim, internacional e nacional muito forte, então a gente ouve... você estando em Porto, você não vê de cara, a exploração sexual, entendeu? Mas a gente sabe que existe [...] muitos equipamentos turísticos que favorecem, né, e com monitoramento, com um mapeamento. Eles assinaram um pacto pela proteção da infância. Mas isso tá parado no estado.</i>
Especialista, 05:	<i>Essa relação da ESCCA, da exploração sexual, para Pernambuco, ela vem desde o início da formação da capital. Ele vai até 1990 e algumas coisas, com um modo capitalista de produção da cana-de-açúcar. Uma baseada numa centralidade de patriarcado, de casa grande, de senzala. A gente sabe da exploração das classes mais pobres, da raça negra, dos indígenas para que a produção da monocultura da cana-de-açúcar fosse até 1990 aqui no Brasil. Isso cria uma atmosfera, isso cria um ecossistema muito favorável pra exploração.</i>

Assim, a RMR foi descrita como enfrentando condições inter-relacionadas que favorecem a perpetração da ESCCA.

PERPETRAÇÃO DA ESCCA COMO DESVIANTE

Embora descrita como comum, a perpetração da ESCCA também foi descrita como anormal e inaceitável:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 02:

[Um perpetrador da ESCCA é] safado, nojento, que não presta. Porque não entra na minha mente [...] quantas garotas de programa se procuram na rua tem. Quantas mulheres em troca, que é o seu trabalho que ela está fazendo. Você pega uma criança que está em estado de vulnerabilidade, que você poderia ajudar, comprar o que comer, uma dormida.

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01:

[Discutindo o dinheiro dos intermediários] Eu vou dizer um negócio também. Esse dinheiro não é benquisto não. É um dinheiro sujo, ele não dura mais de um dia na mão da pessoa. É um câncer.

Nos diferentes grupos, participantes de todos os grupos sociais distanciaram-se frequentemente dos perpetradores e intermediários da ESCCA, deixando claro que não se envolveram em tal comportamento. Portanto, havia uma tensão entre o posicionamento claro dos participantes de identificar intermediários e perpetradores como “outros” que operam fora das normas sociais dominantes e a visão de que a ESCCA é, no entanto, comum.

A condenação da perpetração da ESCCA tendia a ser enquadrada em termos de os perpetradores serem “doentes”, “travessos” ou terem fetiches anormais (ver seção 3.7), da sua exploração da vulnerabilidade das crianças ou do dano percebido que a ESCCA poderia infligir a uma criança. Em todos os grupos, esse último foi amplamente entendido como incluindo efeitos psicológicos negativos (como trauma e baixa autoestima), maus resultados de saúde (incluindo infecções sexualmente transmissíveis ou gravidezes indesejadas), ameaças ao desenvolvimento saudável de uma criança e uma série de problemas sociais, sendo o mais comum a expectativa de que a criança continue envolvida na ESCCA e faça a transição para o sexo comercial na idade adulta:

Mulher cisgênero trabalhando em local que favorece a ESCCA, 01:

Ela fica uma pessoa muito revoltada, quando elas começam a entender realmente. Fica uma criança caladona no canto, sem amigas, se tranca para o mundo.

Especialista, 03:

Isso é um trauma profundo. Pode impactar diretamente na continuidade dos estudos, imediatamente, podem ser coisas que vão levar mais um tempo pra ter interdições com aqueles marcos que são normais na vida de uma criança, de estar na escola, de estar estudando.

Especialista, 02:

Mas eu não deixo de ver um nexos causal. Porque, muitas mulheres adultas, que eu tive a oportunidade de conversar, que estão no mercado do sexo, começaram na adolescência.

Essas percepções são apoiadas pela literatura (ECPAT, 2015; Barnert et al., 2017), uma vez que a ESCCA é amplamente reconhecida como tendo múltiplos efeitos físicos, sociais e psicológicos negativos e potencialmente a longo prazo nas crianças.

No entanto, a condenação generalizada da ESCCA por parte dos participantes não se traduziu necessariamente em medidas de proteção para com as crianças sobreviventes. Em vez disso, um tema recorrente nos GFs e nas KIs era a expectativa de que os membros da comunidade “fechassem os olhos”, mesmo que reconhecessem um ato como ESCCA:

GF com homens motoristas de taxi ou de aplicativo:

Orador D: Lá onde eu moro mesmo a comunidade em si sabe o que acontece tudinho, mas ninguém se mete. É aquele negócio, cada um com o seu. Eu sei lá quem é e quem não é tudinho, as meninas, os meninos, eu sei tudinho, mas... você está entendendo?

Mulher cisgênero trabalhando em local que favorece a ESCCA, 06:

Eu acho que tem que ter denúncia. Eu acho que quem está próximo, quem percebe tem que denunciar. No meu caso eu não posso fazer isso porque é a questão do meu trabalho, mas eu acho que tem gente tão próxima às vezes que percebe, mas deixa passar.

Em vez disso, conforme discutido na seção 3.9, a aparente apatia em relação aos casos reconhecidos como ESCCA estava ligada a uma variedade de fatores externos, desde o medo de represálias até um sentimento de desamparo quando confrontados com sistemas jurídicos ineficazes ou infratores que eram parentes da criança. O reconhecimento da ESCCA como desviante e uma violação dos direitos da criança é um primeiro passo crítico para repreender os infratores e fornecer cuidados informados sobre o trauma aos sobreviventes. No entanto, os mecanismos de proteção baseados na comunidade só são eficazes se as violações dos direitos da criança forem reconhecidas como tal e puderem então ser abordadas através de mecanismos de resposta funcionais e confiáveis (UNICEF, 2021). Esta descoberta enfatiza, conseqüentemente, a importância de programas que fortalecem os sistemas de resposta e abordam as barreiras sociais para tomar medidas contra a exploração infantil.



TOLERÂNCIA OU NORMALIZAÇÃO DO SEXO COMERCIAL COM MENINAS ADOLESCENTES

Embora os participantes condenassem de forma esmagadora a ESCCA, dois homens no mercado do sexo e outro que trabalha em locais que favorecem a ESCCA reconheceram que nem todos na comunidade partilhavam dessa opinião. Alguns, segundo eles, consideram o sexo comercial com crianças e, em particular, com meninas adolescentes, aceitável ou normal.

Homem cisgênero trabalhando em local que favorece a ESCCA, 02: *Pela comunidade você sabe que uns não aceitam, outros passaram por cima, outros aceitam e vai vivendo esse tipo de coisas dentro da minha comunidade. Sempre tem esse lado.*

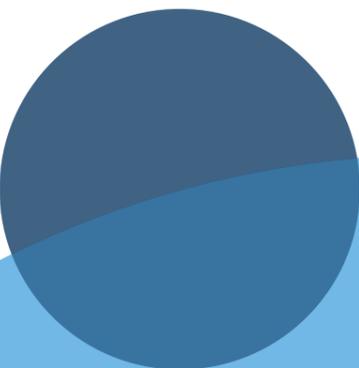
Embora seja uma opinião minoritária nos GFs e KIs da comunidade, a alta prevalência percebida de ESCCA implica indiscutivelmente que esta é tolerada por alguns membros da comunidade. Apoiando isso, duas participantes que são mulheres transgênero no mercado do sexo relataram como os perpetradores partilharam detalhes explícitos dos seus crimes:

Mulher transgênero no mercado do sexo, 01: *Já teve cliente que me mandou vídeos, eu fiquei... Ele mandou um vídeo para mim, nossa... ejaculando na boca de uma criança (de um bebê).*

Mulher transgênero no mercado do sexo, 02: *Teve um cliente que veio me contar uma história que ele estava em casa sozinho e sempre passava um menino de 14 anos parece, 13, 14 anos. E ele chamou esse menino. E falou: "Chamei o menino e fiquei com ele. Foi muito legal. Muito massa. Bem novinho e tal". Aí. Que absurdo. Que horror. Eu cheguei e escutei aquela história, que absurdo.*

Estes exemplos sugerem que existem círculos sociais onde é considerado aceitável compartilhar abertamente detalhes de condutas criminosas, até mesmo deixando um rastro eletrônico. Indicam também que as pessoas no mercado do sexo podem correr o risco de serem forçadas a ter conhecimento da perpetração da ESCCA, incluindo serem obrigadas a ver vídeos que retratam violência sexual e violação de crianças.

Os resultados da pesquisa também reforçaram a "aceitabilidade" da ESCCA, onde pelo menos alguns homens concordaram com declarações que a normalizavam (Tabela 1). Dado que as perguntas eram focadas em meninas adolescentes, as respostas podem não se aplicar a crianças mais novas ou a outros gêneros. No entanto, pelo menos alguns membros da comunidade pareciam normalizar os homens que pagam às adolescentes por sexo. Por exemplo, mais da metade concordou ou concordou fortemente que "a maioria dos caras não se importaria de pagar dinheiro para estar com uma adolescente linda", enquanto quase metade acreditava que se um amigo próximo tivesse a oportunidade de pagar por sexo com uma adolescente, sabendo que não haveria repercussões, ele o faria. Entre os 19,0% dos participantes que relataram que um amigo pagou adolescentes por sexo no último ano, à proporção que concordou que a maioria dos homens não se importaria de pagar por sexo com uma adolescente linda foi maior (73,3% versus 55,7%), sugerindo maior aceitação normativa do sexo comercial com adolescentes neste grupo.



Crédito da foto: Natália Corrêa/Walk Free

Tabela 1: Declarações relativas à normalização do sexo com meninas adolescentes

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "Homens que vão a lugares, como bares ou cinema para passar tempo com adolescentes esperam pagar algo para estar com elas."	35,4	17,7	1,3	43,0	2,5
 "A maioria dos caras não se importaria de pagar algum dinheiro para ficar com uma linda adolescente."	34,2	21,5	3,8	31,7	8,9
 "Se um amigo meu tivesse a oportunidade de pagar por sexo com uma adolescente e tivesse certeza de que não haveria consequências, ele o faria."	30,4	19,0	5,1	30,4	15,2
 "Um amigo próximo pagou para fazer sexo com adolescentes nos últimos 12 meses em um local de entretenimento adulto."	10,1	8,9	2,5	44,3	34,2

Ao considerar por que o sexo transacional entre um homem e uma adolescente corre o risco de ser normalizado, vale a pena notar que, embora seja legal para adultos com mais de 18 anos praticar sexo comercial, a ESCCA é ilegal, assim como o sexo com uma criança menor de 14 anos (a idade de consentimento sexual no Brasil). Embora a idade legal para consentimento não tenha sido explicitamente mencionada pelos participantes, os 14 anos de idade foram mencionados por vários participantes como um limite abaixo do qual a ESCCA era considerada particularmente desviante e considerada pedofilia. A estrutura jurídica atual pode, assim, contribuir para uma compreensão do desenvolvimento sexual em que as crianças são consideradas prontas para o sexo a partir dos 14 anos, em vez de serem vistas como tendo o direito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável e protegida. Além disso, trocas de dinheiro ou serviços são frequentemente aceitas como uma parte "normal" dos relacionamentos no Brasil, sendo o sexo visto como um meio normativo através do qual as adolescentes podem ter acesso ao dinheiro (Garcia e Olivar, 2021). Isso potencialmente permite que os perpetradores se percebam como sustentando ou cuidando da adolescente, em vez de estarem envolvidos em uma transação "comercial". As relações de exploração correm, portanto, o risco de serem reformuladas como relações sexuais normais.

A normalização do sexo entre um homem e uma adolescente também se alinha indiscutivelmente com os discursos que posicionam as adolescentes como sexualmente desejáveis, apelidado de "Efeito Lolita" por Durham (2008). Corroborando isso, a pesquisa constatou repetidamente que os homens que frequentam áreas conhecidas de ESCCA concordaram ou concordaram fortemente com declarações que normalizam o desejo sexual masculino por meninas adolescentes (ver Tabela 2). No entanto, curiosamente, enquanto 58,3% dos participantes pensavam que era fácil para um homem se apaixonar por uma adolescente, apenas 19,0% achavam natural que um homem desejasse sexo com uma adolescente e apenas 15,2% disseram que achariam normal que seu amigo próximo se envolvesse intimamente com uma adolescente. Portanto, parece haver uma linha entre a compreensão da desejabilidade sexual das adolescentes e a naturalização deste desejo, uma distinção que poderia ser explorada em programas preventivos e de mudança de normas e comportamentos. Esta descoberta também pode indicar um viés de resposta quando o comportamento (sexo com uma adolescente) é intencionalmente separado do conceito de romance.

Tabela 2: Afirmações relativas à normalização de homens fazendo sexo com meninas adolescentes

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "É fácil para um homem se apaixonar por uma adolescente."	27,9	30,4	3,8	29,1	8,9
 "É natural um homem querer fazer sexo com uma adolescente."	6,3	12,7	3,8	45,6	31,7
 "É normal quando um homem sai com uma adolescente para se divertir."	13,9	10,1	3,8	46,8	25,3
 "Acho normal quando um amigo próximo está conversando e flertando com uma jovem adolescente."	16,5	8,9	2,5	50,6	21,5
 "Eu acharia normal se um amigo próximo estivesse se envolvendo intimamente com uma jovem adolescente."	5,1	10,1	3,8	51,9	29,1

Um último fator que explica por que alguns atos de ESCCA podem ser tolerados diz respeito ao fato de serem ou não reconhecidos como exploração. Nos GFs e Klls comunitárias, as adolescentes, em particular, foram frequentemente descritas como "agentes" que concordam conscientemente com a troca sexual, em vez de serem consideradas como "vítimas":

- Homem cisgênero no mercado do sexo, 01:** *Dá acesso [ao seu conteúdo online]. Ela mesmo fala que vende conteúdo.*
- Homem cisgênero trabalhando em contexto que favorece a ESCCA, 02:** *Eu já vi [uma adolescente procurando um homem] várias vezes eu vi isso... Eu caminhando já vi, escutei. E na outra parte, eu já o vi tentando seduzir uma de menor.*
- GF com mulheres motoristas de taxi ou aplicativo:** *Orador H: Já presenciei, mas não era assim, a menina estava sendo explorada porque ela queria, não foi à força, entendeu? Ela mesma quis.*

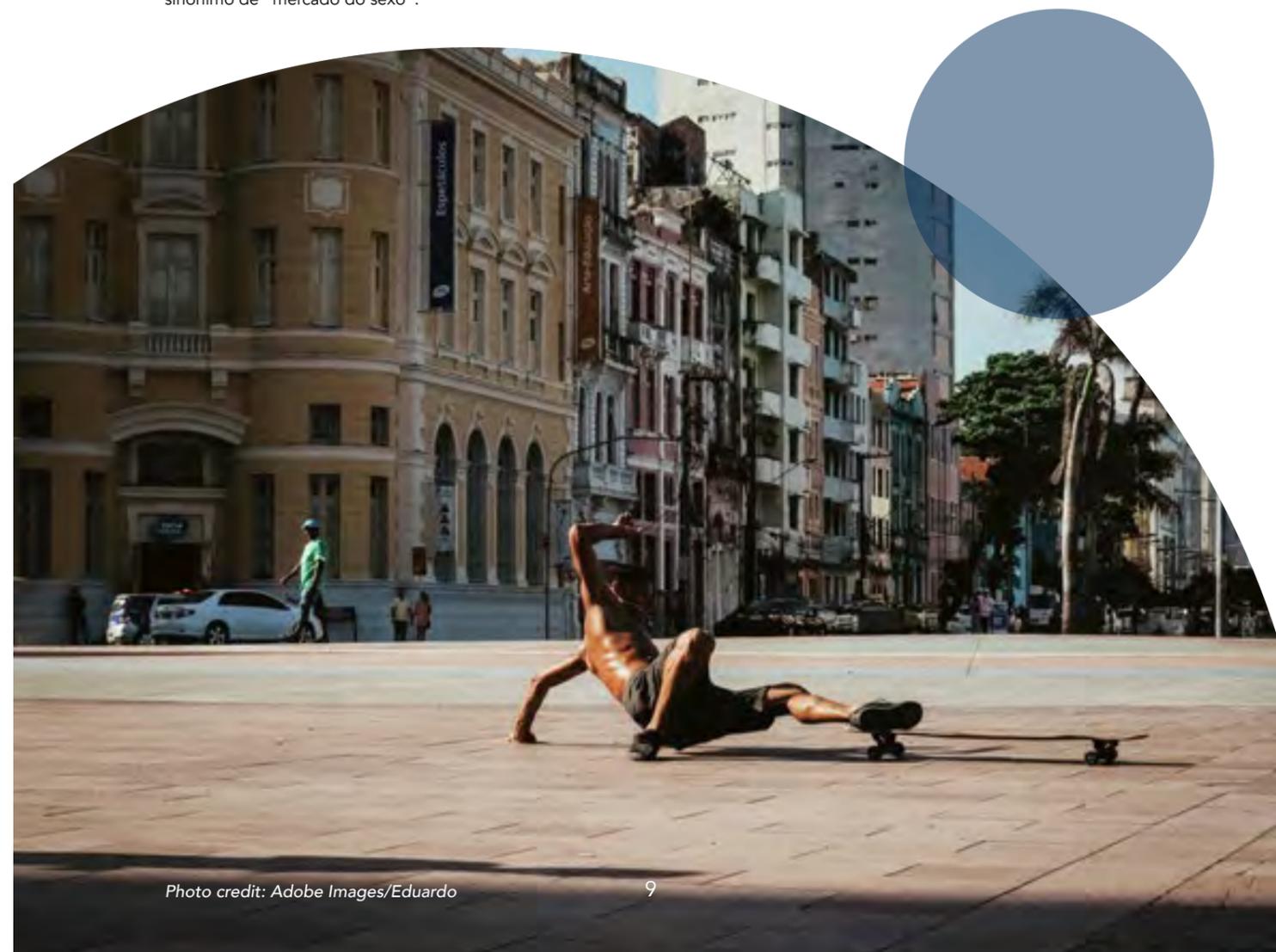
A última citação veio de uma mulher cisgênero que se envolveu em ESCCA quando criança, mas enfatizou que sabia o que estava fazendo – que havia exercido sua agência. Ela e outra mulher cisgênero no mercado do sexo diferenciaram claramente entre sexo comercial iniciado ou acordado por uma adolescente e exploração sexual forçada. Corroborando essa visão, a pesquisa com homens que frequentavam locais conhecidos pela ESCCA descobriu que alguns concordavam com declarações que apresentavam as sobreviventes da ESCCA como participantes cúmplices e potencialmente voluntárias (Tabela 3). Por exemplo, 27,9% concordaram ou concordaram fortemente que adolescentes se envolvem na ESCCA para realizar fantasias sexuais, enquanto 15,2% concordaram ou concordaram fortemente que adolescentes se envolvem na ESCCA porque gostam de sexo.

No entanto, o foco indevido na agência de uma criança corre o risco de ignorar fatores externos que potencialmente "diminuem" a agência de uma criança (Klocker, 2007), como pobreza, diferenças de poder intergeracional entre adultos e crianças ou pressão familiar. De fato, o estudo de prevalência de ESCCA do Freedom Fund, realizado em 2024 na RMR, descobriu que a agência de sobreviventes da ESCCA é muitas vezes fortemente "diluída." Quase metade relatou ter sido enganada sobre a natureza dos serviços ou responsabilidades que se esperava que prestassem, e quase metade teve experiências que correspondiam a indicadores de trabalho forçado, incluindo violência, dívida imposta e recrutamento enganoso.

Tabela 3: Declarações que apresentam as meninas como participantes voluntárias na ESCCA

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "As adolescentes que fazem trabalho sexual aqui em Recife e na região metropolitana são moralmente corruptas."	27,9	22,8	11,4	29,1	8,9
 "O trabalho sexual permite que as adolescentes que fazem isso realizem suas fantasias sexuais."	12,7	15,2	5,1	41,2	25,3
 "As adolescentes que fazem trabalho sexual aqui o fazem porque gostam de sexo."	5,1	10,1	6,3	45,6	32,9
 "Se uma adolescente está disposta a ficar com um homem, esse consentimento é suficiente para que ele fique livre de culpa."	6,3	8,9	3,8	46,8	34,2

Nota: O questionário da pesquisa menciona "trabalho sexual", pois esse é o termo mais utilizado e mais bem compreendido pelos entrevistados, e mantivemos aqui a tradução direta para maior transparência. Neste relatório, é utilizado o termo sinônimo de "mercado do sexo".



3.2 PERFIL PERCEBIDO DOS PERPETRADORES DA ESCCA

Nos GFs e KIs comunitários, e nas KIs com especialistas na temática, a descrição esmagadora foi que os perpetradores de ESCCA na RMR são um grupo de indivíduos relativamente diverso e heterogêneo:

Especialista, 05: *...os dados apontam que a grande maioria dos agressores, são homens, embora mulheres também cometam, né, violências sexuais, seja na forma do abuso ou da exploração sexual, né. Mas que esses homens eles podem ser casados ou solteiros, né, esses homens podem ser, brancos ou negros, né, não existe esse perfil específico pra quem vai explorar sexualmente essa menina, né.*

Homem guia turístico, 01: *Quando a pessoa é doente, maníaco sexual, não tem isso, pode estar casado, solteiro. Não tem nada a ver, porque tem pessoas que se escondem no casamento, em uma empresa, no dia a dia.*

Uma mulher transgênero no mercado do sexo refletiu sobre os efeitos dessa diversidade, dizendo: “eles se escondem, eles têm um disfarce. É difícil identificar [eles].” Uma opinião semelhante foi compartilhada pelos especialistas no assunto, que observaram que a heterogeneidade dos perpetradores tornava difícil traçar o seu perfil. Também não ficou claro se ou como os perpetradores da ESCCA diferem das pessoas que compram legalmente atos sexuais de mulheres jovens com mais de 18 anos, e que proporção de homens perpetra preferencialmente a ESCCA contra meninas menores em comparação com aqueles que são indiferentes ao fato de o ato sexual ser ou não com uma menor ou uma adulta (infratores oportunistas).

No entanto, nas KIs e nos GFs, percebeu-se que os perfis dos perpetradores compartilhavam semelhanças relacionadas à idade, nível socioeconômico e relação com a criança. A maioria também foi retratada como masculina – o que não é inesperado, uma vez que o estudo se concentrou em perpetradores do sexo masculino – embora quando casos reais de ESCCA foram discutidos, um punhado de perpetradores do sexo feminino também tenha sido mencionado:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04: *Eu também fui explorada pela minha prima também. Ela mandava eu cutucar [as partes internas dela]. E ela subia em cima de mim e ficava esfregando, eu com 12 anos. E ela já tinha uns 30 anos. Eu não sabia o que era aquilo não, aí quando terminava ela me dava dinheiro. Ela me dava 30 a 50 reais, que ela me dava. Durou, durou uns tempos, durou uns dois anos, depois não fez.*

Isso se alinha com a literatura sobre a perpetração da ESCCA, onde foram observadas mulheres perpetradoras, embora em números muito mais baixos (Carpinteri et al., 2018; Brouard e Crewe, 2012).

IDADE

Os perpetradores foram descritos mais comumente como tendo 40 anos ou mais, com alguns casos citados onde o perpetrador foi descrito como estando na idade pós-aposentadoria:

GF com mulheres motoristas de taxi ou aplicativo:

Orador D: A maioria é bem mais velho. A maioria tem idade até de ser avô. Como é que pode? Sábado mesmo eu fui pegar um passageiro no Oeste, era um homem, acho que ele tinha uns 70 anos, mas o porte dele era bonito, vistoso. Aí vinha adolescente, mas não vinha só adolescente, vinha um rapaz também com quase a mesma idade, eu acho que um pouco mais velha que ela, uns 20 anos. Eu não entendi aquilo, mas eu falei com ele: “Não entendi aquela situação.” Mas acontece muito isso, porque tem muito fetiche, porque eles estão fazendo com menores.

A idade típica percebida de 40 anos ou mais é ligeiramente superior à idade média de 35 anos registrada entre homens que admitiram praticar a ESCCA em uma pesquisa quantitativa no Rio de Janeiro (Segundo et al., 2012). No entanto, indica uma semelhante e significativa disparidade de idade com a criança. Fora das situações de ESCCA, as crianças são tipicamente posicionadas em uma posição subordinada aos adultos (Meyer, 2007), sustentada pela autoridade normativa destes últimos e pela maior dependência da criança. No entanto, quando as disparidades de idade ocorrem no contexto do sexo comercial, elas exacerbam outras fontes de disparidade de poder, tais como o nível econômico tipicamente mais baixo da criança. Isso aumenta o poder do perpetrador e reduz a probabilidade de que a criança seja capaz de exercer uma agência significativa no relacionamento/encontro – por exemplo, a capacidade da criança de dizer não ao perpetrador adulto ou de sair da situação se não desejar mais continuar com a troca provavelmente será significativamente impedida (Freedom Fund, 2024).

RELAÇÃO COM A CRIANÇA

Ao considerar a provável relação dos perpetradores com os sobreviventes de ESCCA, surgiram duas opiniões distintas. Entre os homens e as mulheres que trabalham em locais que favorecem a ESCCA, os perpetradores eram mais frequentemente entendidos como não tendo qualquer relação com a criança. No entanto, isso não se alinhava totalmente com as conclusões do estudo do Freedom Fund de prevalência da ESCCA na RMR, onde quase 60% dos sobreviventes de ESCCA conheciam a pessoa que os solicitou para o seu primeiro encontro de ESCCA. Espelhando isso, onde os participantes dos GFs e das KIs divulgaram experiências pessoais de ESCCA, perpetradores que eram seus amigos ou familiares também foram mencionados:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04:

E a exploração que o meu avô fazia comigo. Ele me dava dinheiro e chamava para rede dele e ficava catucando em mim. E eu não entendia o que era aquilo, eu ia por causa do dinheiro. Eu era criança, eu tinha 10, 11. Ele me explorava eu com 12 anos, 12 anos eu não tenho a mente que eu tenho agora. Naquela época eu queria saber só do dinheiro, eu ia por causa de dinheiro, porque eu não sentia nada ali, nem orgasmo e nem nada. Eu não sentia nada, eu ia por causa do dinheiro.

Mulher transgênero no mercado do sexo, 03:

Ele sempre me mandava sentar no colo, quando meu pai não estava. Eu sentava, ele me dava um bombom, paçoca... Meu tio me dava, só que pirulitinho. “Senta aqui, vamos ficar conversando”, e se eu ficasse, sempre ficava se enroscando. Só sei que fiquei achando estranho, mas como já tinha na cabeça que eu não era normal, diferia, que sentia desejo por homem; só que não era ele que eu queria.

Essas narrativas sugerem que, embora a ESCCA mais visível possa envolver um perpetrador que não tenha relação anterior com a criança, a ESCCA também ocorre a portas fechadas, longe de locais públicos tipicamente associados à ESCCA. Quando as crianças têm laços familiares estreitos com o perpetrador, pode-se esperar que elas priorizem o bem-estar da sua família em detrimento do seu próprio, especialmente se o perpetrador for o principal ganha-pão (Jones, 2013).

NÍVEL ECONÔMICO

Os perpetradores eram mais comumente descritos como tendo um nível econômico visivelmente superior ao da criança que exploravam. Eram frequentemente descritos como homens economicamente ativos com rendas médias ou altas (por exemplo, empresários, juizes, policiais), homens envolvidos em trabalho ilegal lucrativo (por exemplo, traficantes de droga, agiotas) ou homens que recebiam pensões:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04:

Que tinha uma mulher [intermediária], que ela foi até presa perto, na cidade, da [casa rosa]. Porque era só de menor que ia para lá, ia professores, ia, como é o nome, desembargador, iam tantas pessoas para lá de dinheiro, chegava cada pessoa chique, cada velho de paletó e tudo lá.

No entanto, a perpetração da ESCCA nem sempre esteve associada apenas a rendas médias ou altas. Em vez disso, um tema recorrente, embora em menor grau, era que os perpetradores podem ter um nível socioeconômico mais baixo, e os cargos desses perpetradores incluem trabalho manual com salários mais baixos:

Homem cisgênero trabalhando em contexto que favorece a ESCCA, 01:

Como eu disse a você, teve até colegas de trabalho que trabalharam comigo e estavam fazendo, praticamente a renda deles era a mesma que a minha.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08:

Tem um vigilante da Igreja do Carmo. E aquele vigia sai e sempre procura [meninas jovens]. Que já até chegou me perguntando que tinha uma novinha. Eu disse que não sabia. Porque as meninas pegaram e me disseram. Ele sempre procura uma menina bem mais nova e leva e faz no estacionamento da igreja.

Os perpetradores com nível socioeconômico mais baixo estavam mais fortemente ligados a trocas pontuais ou pagamentos com drogas. Ao refletir sobre este fenômeno, um guia turístico do sexo masculino observou que aqueles que têm pouco para oferecer ainda podem atrair crianças, o que implica que as suas expectativas podem ser inferiores às dos adultos. O nível econômico dos perpetradores era, portanto, tipicamente entendido como necessitando de ser relativamente mais alto do que a criança para que pudessem pagar a exploração.

LOCAL VERSUS TURISTA

Nos GFs e KIs comunitários, os perpetradores de ESCCA eram geralmente considerados locais. Isso está alinhado com os resultados do estudo do Freedom Fund de prevalência da ESCCA (2024), em que cerca de três quartos dos sobreviventes de ESCCA disseram que os perpetradores eram locais. No entanto, especialmente entre guias turísticos e motoristas de taxi cujo trabalho implicava interagir frequentemente com turistas, os perpetradores também foram descritos como homens estrangeiros que viajam para o Brasil para a ESCCA, potencialmente explorando múltiplas crianças por viagem:

Homem guia turístico, 04: *...se ele vir para o Brasil, ele faz toda vez que vem para o Brasil.*

Homem guia turístico, 02: *Como essas pessoas são doentes, a quantidade [de vezes que exploram crianças] é diferenciada. Tem pessoas que ficam várias vezes. A quantidade não tem como dizer, depende dele.*

Os guias turísticos relataram observar principalmente alemães e italianos envolvidos em ESCCA, embora mais de um também mencionasse americanos, britânicos, franceses, espanhóis e europeus em geral. Um homem guia turístico sugeriu que o turismo de ESCCA estava ligado à fraca resposta judicial do Brasil à ESCCA:

Homem guia turístico, 04: *Acontece sexo. [Os gringos] sabem que aqui no Brasil é um país muito... que a lei não é muito igual a lá, não, lá na Europa. Pelo que eles conhecem do país eles gostam de vir para cá e fazer essas coisas, porque se tivesse uma lei rígida mesmo eles procurariam mais gente maior de idade para fazer esses prazeres.*

O guia turístico percebeu assim que os turistas veem o Brasil como um porto seguro para seus delitos ou, pelo menos, um lugar onde podem ser menos criteriosos sobre a idade de seu parceiro sexual. A falta de fé no sistema judicial foi um tema recorrente nos GFs e nas KIs (ver seção 3.9). Além disso, esse ponto de vista é respaldado por um estudo realizado pela ECPAT (2015) em outro resort turístico brasileiro, Fortaleza, onde a cidade foi percebida como sendo comercializada para ESCCA. Assim, a globalização apresenta aos perpetradores da ESCCA a oportunidade de escolherem a partir de um mercado global (Perez et al., 2019), sendo que os países que oferecem quadros legislativos mais fracos – e, portanto, menores riscos para os perpetradores – revelam-se provavelmente mais atraentes (Jones, 2013). Como tal, é necessário reforçar a aplicação da legislação relativa à proteção das crianças e à luta contra o tráfico, incluindo responsabilizar os perpetradores locais e estrangeiros por sua participação na ESCCA.

3.3 COMPORTAMENTOS PERCEBIDOS DOS PERPETRADORES

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DA ESCCA

Ao considerar a duração e a frequência das infrações cometidas pelos perpetradores, os participantes descreveram períodos curtos de exploração, em que trocas pontuais, normalmente de baixo valor, eram oferecidas à criança pelo perpetrador, ou períodos mais longos de exploração. Os perpetradores de alta frequência (aqueles que procuram rotineiramente a ESCCA) estavam normalmente associados a trocas pontuais, sendo esses perpetradores normalmente descritos como homens mais jovens que preferiam numerosos e breves atos sexuais e podiam pagar encontros regulares. Um comerciante sugeriu que esses perpetradores têm distúrbios de saúde mental que incentivam o envolvimento frequente com a ESCCA:

Homem cisgênero trabalhando em contexto que favorece a ESCCA, 03: *Estão sempre. Tem um coroa, digo, é doente, “todo dia você vem aqui na praça, miserável,” desculpa a palavra.*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03: *Se ele tiver dinheiro [ele vai participar da ESCCA] todo dia.*

A primeira citação enfatiza as lacunas na estrutura jurídica e social de prevenção à ESCCA, caso os perpetradores regulares possam deslocar-se diariamente a locais públicos sem enfrentar prisão ou represálias.

Entende-se também que os perpetradores proporcionam às crianças apoio financeiro ou material a longo prazo:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *[A relação sugar daddy] é muito favorável, não é? Famílias carentes, não têm condições, desemprego. A necessidade obriga fazer isso. Porque ela é lavadora de roupa. No caso, a filha dela não quer estudar, só quer ficar maloqueando. É algo fácil, não é?*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03: *A maioria tem emprego bom, é formado. Homem pobre não vai atrás de mulher para pagar, não, principalmente se for adolescente. Porque eles têm o prazer em um adolescente em pagar muito mais do que só um programa. Eles querem pagar romance, eles querem cuidar daquela pessoa.*

Esses tipos de relacionamento, às vezes chamados de relacionamentos “sugar daddy”, foram percebidos como mais propensos a envolver adolescentes do que adultos e podem durar muitos anos. Uma entrevistada descreveu um relacionamento sugar daddy que ela conhecia, que começou quando o menino tinha 12 anos e se estendeu até a idade adulta, embora o menino seja agora um homem adulto, casado e com filhos. Os relatos dos participantes sugeriram que os relacionamentos de longo prazo têm maior probabilidade de serem considerados socialmente aceitáveis pelas redes sociais dos perpetradores e das crianças. Por exemplo, embora os participantes normalmente não aprovassem abertamente relacionamentos de longo prazo, eles foram descritos como satisfazendo uma necessidade. Isso era relatado ou em termos de satisfazer as necessidades básicas da criança, ou de permitir-lhes ter os bens de consumo mais recentes, como telefones e cosméticos, e assim serem iguais aos seus pares, uma forma importante de capital social. Um certo grau de aceitação também se reflete na utilização do termo “sugar daddy” por alguns participantes, o que higieniza a exploração através da utilização de termos associados ao parentesco. Além disso, essas relações se alinham com um discurso popular no qual o sexo é visto como uma forma normativa de acesso ao dinheiro no Brasil (Garcia e Olivar, 2021).

No entanto, é importante salientar que a tolerância a essa forma de ESCCA contribui para a perpetração contínua (Buller et al., 2020). Além disso, apesar de terem maior aceitabilidade, as relações de longo prazo ainda acarretam riscos elevados para a criança, e nem todas essas relações satisfazem as “necessidades” da criança:

Mulher guia turística, 02: *Tem um gringo que vem de fora. Ele pegou uma menina, está fazendo um mês, lá no São Pedro. A criança diz que ele fez de tudo, mas não pagou ela. Ela chegou lá chorando, mas não pode fazer nada.*

Além disso, foram dados exemplos claros de como os perpetradores “aliciam” as crianças no contexto de relações de ESCCA a longo prazo, primeiro desenvolvendo uma relação com elas antes de iniciarem comportamentos sexuais:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04: *Eu já sei de várias meninas que ficaram com ele [...] porque ele tem muito dinheiro esse meu tio. Ele dá presente caro, leva para shopping, gasta 1000, 2000. Ele tem muito dinheiro. E as meninas ficam. Mas a menina também já tem 16 anos, já é (velha), mas ele já começa a dar dinheiro de pequena.*

Mulher transgênero no mercado do sexo, 02: *Sempre vai começar na amizade, na troca, até de um passeio, dinheiro, uma roupa, um sorvete, uma comida [...] ele não vai chegar logo como inimigo. [...] Primeiro ele vai fazer alguma coisa que agrade a pessoa para depois ele ter o que ele quer.*

O aliciamento permite que os perpetradores se envolvam não apenas com a criança que visam, mas também com as famílias da criança, construindo confiança e dependência mútuas. Isso, por sua vez, pode reduzir ainda mais a capacidade da criança de dizer não se suas famílias tiverem sido aliciadas de forma semelhante e, portanto, apoiarem o relacionamento.

PREFERÊNCIAS DE GÊNERO

Os encontros sexuais com meninas cisgênero foram citados com mais frequência, principalmente pelos participantes do sexo masculino, como o relacionamento/encontro mais comum na RMR. Isso está alinhado com os casos reais narrados que envolvem principalmente – mas não exclusivamente – mulheres cisgênero sobreviventes. A percepção de que as meninas correm maior risco de ESCCA foi respaldada pelos especialistas no assunto. No entanto, embora alguns participantes da comunidade se baseassem em normas de gênero que retratam as meninas como vulneráveis por natureza, os especialistas utilizaram uma perspectiva interseccional para destacar como diferentes fatores, como raça e classe, interagem para aumentar a vulnerabilidade específica das meninas aos perpetradores da ESCCA:

Especialista, 01: *Mas sem dúvida nenhuma as meninas são as maiores vítimas. A partir de 9, 10 anos, a gente tem situações de violação de direitos e, com certeza, as meninas da raça negra são as mais exploradas. Então ser menina, em situação de vulnerabilidade, e ser negra, com certeza são indicadores muito graves de exposição dessa menina a situação exploração sexual.*

Especialista, 05: *Mas a exploração sexual de forma mais expressiva, né, ela está presente na vida das meninas, né, que são, na sua grande maioria: negras, ‘pops’ de periferia.*

Homem cisgênero trabalhando em contexto que favorece a ESCCA, 05: *As meninas são as que mais sofrem... Acredito que são nove [meninas em cada dez] para um [menino].*

Isso está alinhado com os casos relatados de exploração no Brasil, indicando que aquelas com maior risco de serem exploradas são negras, mulheres e de baixo nível socioeconômico (AG Península Brasil, 2019).

No entanto, a maioria das participantes do sexo feminino também argumentou que os perpetradores exploram tanto os meninos como as meninas cisgênero, enquanto outra opinião moderadamente comum entre os participantes foi a de que o gênero da criança não faz diferença:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 02: *Igual. Menino, menina. Eles [clientes] querem verdadeiramente explorar. Tem cliente mesmo que já chegou em mim e falou: “Não importa. Tem menino ou menina lá”. Eu sempre digo “não, não trabalho dessa forma”.*

As percepções sobre a demanda por crianças transgênero variaram e as evidências foram anedóticas. A percepção mais comum foi que a preferência dos perpetradores da ESCCA por crianças transgênero diminuiu, embora mulheres e homens que estavam atualmente no mercado do sexo tenham notado uma procura potencial por meninas transgênero. Isso sugere que mais pesquisas são necessárias para entender melhor as experiências de sobreviventes transgêneros da ESCCA. Ao explicar por que as crianças transgênero podem se envolver em sexo comercial, uma mulher cisgênero comentou:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08: *Porque, para começo de assunto, tem a rejeição em casa. Aí vai ganhar dinheiro como tu quiser. Como eu já escutei de várias mães: “Não sei como ele vai ganhar o dinheiro. Eu só sei que eu quero dinheiro em casa”.*

Alguns participantes argumentaram que as crianças transgênero correm o risco de serem rejeitadas ou discriminadas por suas famílias, devido à transfobia e à homofobia, tornando-as mais vulneráveis aos perpetradores da ESCCA. Isso está de acordo com o tema abrangente de que as características interseccionais das crianças servem para aumentar a sua vulnerabilidade à exploração por parte dos perpetradores da ESCCA.

NATUREZA E QUANTIDADE DAS TROCAS

Entendeu-se que os tipos de trocas oferecidas pelos perpetradores variam desde alimentos básicos ou roupas até dinheiro ou drogas, essa última afetando crianças de famílias de média renda, bem como famílias de baixa renda:

Especialista, 01: *[Perpetrador] faz uso de uma situação de vulnerabilidade, de fragilidade, de fragilidade econômica pelo sexo. A gente tem situações aqui em Olinda onde crianças e adolescentes trocam sexo por um picolé, por crack, com três reais.*

Mulher transgênero no mercado do sexo, 02: *Mas ali eu vejo muita adolescente, muita criança com a cola no nariz [...] se prostituindo para manter o seu vício e se alimentar. Porque tem o vício e tem a parte da alimentação também, que eles não vão morrer de fome.*

Nos casos de trocas de baixo valor, os perpetradores foram enquadrados como enfatizando a vulnerabilidade econômica das crianças. Em contraste, os pagamentos sob a forma de drogas eram tipicamente descritos como um sinal de desvio da criança, enquadrado como prostituição. O papel do perpetrador em alimentar o vício da criança ou em usá-lo para exercer controle tendeu a ser negligenciado, assim como a possibilidade de sobreviventes da ESCCA usarem drogas ou álcool como estratégia de enfrentamento diante da exploração (Riley-Horvath, 2019).

Em outros casos, considerou-se também que os perpetradores forneciam às crianças produtos de maior valor, como telefones, roupas ou perfumes, sendo as crianças normalmente retratadas como procurando ativamente esses itens:

Especialista, 03: *Ela [uma menina], ah mais eu quero tomar whisky com Red Bull [...] e eu quero comprar a Melissa". Então, muitas vezes ela ir lá [se inserir no mercado do sexo] porque se tornou uma maneira de conseguir mais rapidamente o dinheiro pra fazer aquilo que a sociedade do consumo tá ditando que você deve fazer.*

Essas descobertas estão alinhadas com estudos que examinam a ESCCA em outros ambientes de baixa renda no Brasil e em outros lugares onde se descobriu que a cultura de consumo cria novas "necessidades" as quais as crianças aspiram para se adaptarem aos seus pares, ganharem status e aumentarem suas chances de mobilidade social. (Kyegombe et al., 2020; Howard-Merrill et al., 2022; Buller et al., 2020).

No entanto, as trocas de valores mais elevados podem significar que as crianças não são vistas como "vítimas", uma vez que as necessidades dos consumidores podem não ser vistas com a mesma simpatia que as necessidades básicas, descritas em vez disso como "ganância" e um indicador da capacidade da criança de exercer agência na relação (Kyegombe et al., 2020). Bens de maior valor também podem santificar as percepções dos perpetradores:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *Mas tem alguns aí que já subiram de vida. Tem uma [menina] mesmo que eu conheço que começou [na ESCCA] com 16 anos. Com 22, já foi para Portugal, para França. Quando ela voltou, ela já tem cinco casas de aluguel [...] e tem uma filha. E morou muito tempo com um advogado, que deu uma pensão a ela de 150.000 [por ano]. Será que ela fez a vida dela? Também ela soube fazer, não é? Bonita também. Muita bonita [...] ela só queria aqueles caras que cheirassem bem, bem-vestido, social. Aí o cara a levou logo para fora. Levou pela fronteira, porque não podia levá-la direto porque ela era menor de idade. Levou com 16, 17, e quando voltou foi 22. E já veio com tudo. Com cheque, com tudo, com bolsa de grife, com tudo. Boa roupa, a pernas desse tamanho, os peitos bem avantajados.*

É certo que a participante atribuiu parcialmente a "história de sucesso" da menina ao fato de ela saber como construir uma vida para si própria, em vez de estar num cenário típico. Isso está de acordo com os resultados do estudo de prevalência da ESCCA de 2024 do Freedom Fund, que constatou que quase metade (45,9%) das mulheres jovens pesquisadas (18-21 anos) relataram receber R\$100 (cerca de US\$20) ou menos pelo primeiro encontro de ESCCA. Além disso, apenas 16,6% das jovens entrevistadas ganhavam atualmente R\$2.000 ou mais por mês (cerca de US\$400), sugerindo que pouquíssimas alcançam o status mais lucrativo de "acompanhante". No entanto, é notável que o participante tenha descrito o perpetrador no exemplo acima em termos neutros ou positivos, retratando-o como um fornecedor e não como alguém que explora uma adolescente. Embora seja apenas um exemplo, levanta a possibilidade de que perpetradores ricos possam aproveitar o poder do seu nível socioeconômico para reduzir o risco de suas ações serem condenadas caso os benefícios que proporcionam forem considerados superiores aos danos.

USO DE VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL

Um tema comum nos relatos de ESCCA que foram vivenciados pessoalmente ou testemunhados pelos participantes foi o uso de violência contra a criança pelos perpetradores. Isso variou desde ser espancado no rosto ou empurrado na frente de carros até ser estuprado ou forçado a fazer sexo sem preservativo. A retenção de pagamento também esteve ligada a cenários violentos em mais de uma ocasião:

GF com homem motoristas de taxi ou aplicativo: *Orador F: [...] abriu a porta, quando ele a jogou, literalmente jogou. Eu me assustei, eu olhei. Ele disse: "Leva essa vagabunda. Aproveita para você." E jogou o dinheiro da corrida: "Tem tanto aí para você." Eu olhei, ela chorando, saí, parei. Mais um pouco para a frente eu comprei uma água, dei para ela, para ir se acalmando. Teve outros mais triviais, agora o que me impactou mais foi esse.*

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *Eu mesmo era doido por um iPhone. Quando ele me deu, funcionava uma maravilha. Mas depois, ele ficou com ciúme, agressivo, me batia, xingava, humilhava, jogava dinheiro no chão para eu pegar, comida no chão, me levava para os clubes, para me fazer vergonha aos amigos dele. Com os amigos mesmo, mandava ficar com eles. Obrigar ao mesmo tempo ficar, alguém que ele escolhesse para passar a noite, para ele ficar olhando. Para se satisfazer olhando.*

Essas descobertas se alinham com o estudo de prevalência da ESCCA de 2024 do Freedom Fund, que concluiu que 31,4% dos sobreviventes sofreram violência física durante o tempo em que estiveram na ESCCA. Além disso, os resultados da pesquisa sugerem que alguns homens consideram o uso da violência durante a ESCCA como potencialmente justificado: 16,5% dos homens concordaram total ou parcialmente que um homem tem o direito de ficar zangado se comprar bebidas ou comida a uma adolescente e ela perder o interesse ou "trapaceia" sobre o nível de interesse dela por ele (Tabela 4).

Ao refletir sobre a violência durante a ESCCA, um homem cisgênero no mercado do sexo argumentou que os homens são atraídos pela ESCCA, uma vez que lhes permite realizar fantasias sexuais violentas que não podem realizar com suas esposas. Embora isso seja difícil de fundamentar, baseia-se em representações dominantes da masculinidade brasileira que retratam os desejos sexuais como mais difíceis de controlar para os homens (Heilborn e Cabral, 2013), sugerindo que a violência e o controle são uma extensão da sexualidade masculina. Na pesquisa (Tabela 4), 10,1% dos participantes concordam que é normal que um homem se empolgue durante um relacionamento pelo qual está pagando, inclusive fazendo coisas sexuais com as quais a adolescente não concordou previamente. Da mesma forma, 21,5% concordaram que é o homem que decide que tipo de sexo deve praticar. Assim, a violência durante a ESCCA pode, sem dúvida, ser entendida no contexto das normas patriarcais que suprimem os direitos sexuais das mulheres e das meninas, dando aos homens um controle desproporcional durante o sexo. A medida em que isso se aplica às relações dos homens com crianças do sexo masculino ou transgênero necessitaria de mais investigação.

Tabela 4: Declarações que normalizam o controle dos homens e a violência contra as crianças durante o sexo

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "É o homem quem decide que tipo de sexo fazer."	10,1	11,4	17,7	35,4	25,3
 "Se uma adolescente e um homem chegarem a um acordo sobre ao taxa e o tipo de programa, a adolescente não deve tentar desistir."	6,3	13,9	5,1	35,4	39,2
 "É normal que um homem se empolgue durante uma relação pela qual está pagando, inclusive fazendo coisas sexuais com as quais a adolescente não concordou antecipadamente."	3,8	6,3	2,5	46,8	40,5
 "Se um homem está comprando bebidas ou comida para uma adolescente e ela perde o interesse ou está enganando sobre seu interesse em transar, o homem estaria certo em ficar com raiva."	5,1	11,4	6,3	45,6	31,7
 "Os homens precisam mais de sexo do que as mulheres."	15,2	19,0	5,1	39,2	21,5

3.4 PERFIL PERCEBIDO DOS INTERMEDIÁRIOS

Tal como os perpetradores, os intermediários eram considerados como tendo um perfil relativamente heterogêneo, abrangendo homens e mulheres de níveis socioeconômicos muito diferentes. Os participantes geralmente entendiam que os intermediários eram uma parte comum das relações de ESCCA, unindo a criança e o perpetrador mediante o pagamento de uma taxa:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 02: *E esse adulto arruma alguma coisa também, chega a ser metade, às vezes, do dinheiro. E para tu tem situações também onde a própria criança, ou adolescente, oferta esse contato sexual? Ela mesma oferece? Sempre tem o adulto.*

Os intermediários foram mais frequentemente mencionados em relação a atos de ESCCA em que familiares ou amigos assumem o papel de intermediários, atos que ocorrem em estabelecimentos privados e situações em que a criança não tem conhecimento de estar sendo explorada. No entanto, nos casos em que as crianças eram consideradas muito vulneráveis economicamente e eram trocados valores baixos de dinheiro ou alimentos (R\$ 5 [-US\$ 1], por exemplo), ou onde as crianças eram muito pequenas (até 6 anos de idade), o estudo não identificou um significativo uso relatado de intermediários. Da mesma forma, no caso das relações estabelecidas com traficantes de droga, os participantes sugeriram que a troca de drogas ocorre primeiro diretamente entre o traficante e a criança, podendo o primeiro assumir o papel de intermediário uma vez estabelecida a dependência.

A descrição geral do uso de intermediários como comum não estava alinhada com o estudo do Freedom Fund de prevalência da ESCCA na RMR, que concluiu que mais de 86,4% dos sobreviventes de ESCCA não compartilharam o dinheiro do seu primeiro encontro de ESCCA com terceiros. Embora isso possa ser exclusivo da dinâmica do primeiro encontro, é possível que a prevalência do uso de intermediários tenha sido superestimada nos GFs e KIs ou possa ter sido afetada pelo uso de perguntas específicas

relativas a intermediários. No entanto, a divisão entre intermediários familiares e não familiares espelha outras pesquisas sobre a ESCCA no Brasil (ECPAT, 2015; Jones, 2013).

GÊNERO E IDADE

Os perpetradores da ESCCA foram, de forma esmagadora, considerados homens com 40 anos ou mais. Apesar de terem mencionado vários exemplos de intermediárias do sexo feminino em todos os GFs e KIs, os intermediários do sexo masculino foram mais frequentemente citados em exemplos reais de ESCCA fornecidos pelos participantes. Além disso, os intermediários de todos os gêneros tendem a ser retratados como mais jovens do que os perpetradores, sendo as suas idades tipicamente descritas como cerca de 20 anos ou um pouco mais:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08: *[falando sobre uma intermediária local] Ela coloca anúncio no site. E lá vai muita gente de condições de vida boa. Então aí às vezes o cara quer um homossexual, quer uma menina nova. Nova quando eu digo é de 15 anos abaixo. 14, 15, 16. E ela arruma. O que você quiser ela arruma.*

Homem guia turístico, 03: *Não, idade não tem nada a ver, não, porque isso até uma pessoa jovem, hoje em dia, pode abrir uma casa. Um colega meu, mesmo, acho que ele deve ter uns 36 anos ou 35, 34. Ele abriu um bar de drink.*

No entanto, mesmo quando a diferença de idade é menor, ainda é provável que existam disparidades de poder intergeracionais significativas entre o intermediário e a criança, ligadas à experiência e a oportunidades limitadas da criança e exacerbadas pelo poder econômico e físico do intermediário. Além disso, quando a família consente com a relação, a exploração corre o risco de ser menos óbvia (ECPAT, 2015).

RELAÇÃO COM A CRIANÇA

Em contraste com os perpetradores, que geralmente eram descritos como não tendo qualquer relação com a criança, os intermediários eram descritos como estranhos ou como tendo uma relação anterior de amizade ou parentesco com a criança. Entendeu-se que adolescentes que praticam a ESCCA nas ruas utilizavam mais tipicamente intermediários não relacionados com eles. As representações desse tipo de intermediário variavam de empresários e mulheres cujo foco principal era a "cafetagem" a intermediários que combinavam seus papéis de ponte com seu trabalho diário. Esses últimos incluíam taxistas, guias turísticos e tradutores:

Homem guia turístico, 04: *Aí eles [turistas] nos perguntam se tem, onde que tem essas meninas. Aí nós dizemos o local a ele, onde tem. Muitas vezes, ele dá 50, 100 reais para nós. "Eu te dou um dinheiro para poder tu trazer mulher. Tu sabes onde tem mulher barata para eu poder fazer?" Aí eu digo: "sei onde é, tem aqui no [menciona os locais específicos]". Aí eu o levo para esses locais. Aí ele dá 100 reais. Chamamos a menina, aí a menina já sabe que o gringo quer o programa, ela pede 200, 300. Aí ele aceita e aí pega o carro e vem.*

Conforme destacado pela citação, alguns participantes relataram atuar como intermediários para agradar seus clientes e serem pagos. Contudo, não pareciam encarar isso como um papel intermediário, e sim como uma extensão do seu papel cotidiano. Essa distinção conceitual entre eles próprios e os "cafetões" mais tradicionais lhes permitiu, sem dúvida, reformular o seu comportamento de uma forma mais positiva.

Espelhando outros estudos em contextos brasileiros (Santos, 2004; Morais et al., 2007), uma segunda percepção recorrente em todos os GFs e KIs foi a de que os membros da família atuam como intermediários. Duas mulheres no mercado do sexo observaram que, devido à dependência das crianças de suas famílias, ter um membro da família agindo como intermediário era considerado como uma redução enorme da capacidade da criança de se recusar a participar. Alguns participantes se referiram aos pais ou familiares agindo como intermediários. No entanto, mais frequentemente, presumia-se que

os intermediários familiares eram mães de níveis socioeconômicos baixos que encorajavam ativamente as suas filhas a ingressarem na ESCCA, refletindo as suas próprias experiências no mercado do sexo:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08:

Porque aquele cara que sai assim com o carro, ele diz: "Eu vou te dar tanto". Aí a mãe: "Vai menina. Vai ganhar dinheiro. E se eu tivesse essa tua idade, eu já estava era cheia de dinheiro. Eu estava rica". Já escutei isso na minha frente.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04:

Já teve menina de 13 anos, que já é mulher adulta, quis ficar com ele, com o meu tio [...] A mãe dela disse: "Pode ficar com ela", para ele. E a menina quer ir lá ficar com o meu tio por causa do dinheiro. A mãe dela dizendo: "Fica, menina. Fica. É melhor você ficar com esses homens, do que não ficar nada".

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01:

Estou acostumado a ver várias situações. Próximo onde eu moro mesmo, tem um senhor de idade, que é aposentado da Marinha, ele pega garotinha de 12, 13, 14, 10, 15 anos. Tem uma que a mãe dela mesmo que leva a filha dela, para manter relações com ele, para ganhar 50,00 reais.

No entanto, a representação das mães como decisoras não se alinha com o posicionamento dos homens como principais decisores em muitas facetas da vida, o que ficou evidente na maioria dos GFs e KIIs. Além disso, em contextos em que o sexo transacional é uma forma normal de mulheres e meninas adquirirem dinheiro, as mães podem não ver isso como um incentivo ao sexo comercial, mas sim como um incentivo às meninas para utilizarem os recursos disponíveis para satisfazer as suas necessidades (Jones, 2013). Tendo identificado resultados semelhantes em um estudo que explorou a ESCCA no Brasil, Segundo et al. (2012) argumentaram que a "culpabilização da mãe" pode derivar de uma percepção de que agir como intermediário viola as responsabilidades "naturais" de cuidado de uma mãe. É, portanto, indiscutivelmente um papel não feminino que viola as normas de gênero e, como tal, convida a uma condenação particular.

Com base na não naturalidade de intermediários familiares, algumas mulheres que trabalhavam em locais favoráveis à ESCCA argumentaram que as mães que agiam como intermediárias de suas filhas sentiriam culpa que poderia levar a consequências ao longo da vida, como o alcoolismo. Homens que trabalham em contextos semelhantes também sugeriram que uma mãe se sentiria culpada por arriscar a vida da filha ao expô-la a pessoas com potencial para violência. No entanto, no estudo de 2024 do Freedom Fund de prevalência da ESCCA, apenas 17,5% dos sobreviventes da ESCCA disseram que a sua família estava "de acordo" com suas viagens para fins de ESCCA, com a maioria escondendo isso das suas famílias. Da mesma forma, neste estudo, as motoristas de taxi observaram que as sobreviventes da ESCCA que transportavam escondiam muitas vezes as suas ações da família. Isso sugere que, embora os intermediários familiares possam violar as normas sociais e atrair o escrutínio, eles podem não ser tão comuns quanto percebidos pelos participantes deste estudo.

Semelhante a um estudo sobre a ESCCA no Brasil realizado por Olivar e Farias (2021), os amigos também foram citados como possíveis intermediários, ao mesmo tempo que eram explorados ou eram eles próprios jovens adultos sobreviventes:

Mulher transgênero no mercado do sexo, 02:

Vamos supor, eu estou começando agora, novinha na prostituição. 16 anos. Eu vou ter amigos de 16, 15 anos. Então eu vou contar para eles. Eu vou mostrar para eles as minhas experiências.

Mulher guia turística, 01:

Porque ela vê uma colega indo. Aí acha fácil. E vai também por esse caminho.

Conforme destacado pela primeira citação de uma mulher transgênero no mercado do sexo, os participantes sugeriram um relacionamento em que os colegas encorajaram outras crianças a se envolverem na ESCCA e facilitaram o processo. Isso está de acordo com um estudo realizado em

três favelas do Rio de Janeiro, onde se entendia que a pressão de amigos, bem como de familiares, aumentava o envolvimento em sexo transacional com diferenças de idade (Ignacio et al., 2020). No entanto, é importante notar que a pressão dos colegas pode significar muitas coisas, desde simplesmente falar sobre as próprias experiências até recrutar ativamente amigos para o sexo comercial (Escobar et al., 2020). Além disso, a pressão dos colegas precisa de ser entendida no contexto das culturas de consumo que criam "necessidades" de bens de gênero que, quando satisfeitas, podem proporcionar status social e mobilidade social a indivíduos marginalizados em ambientes de baixa renda (Stoebenau et al., 2016).

NÍVEL ECONÔMICO

Quando questionados sobre as características típicas dos intermediários, os participantes afirmaram de forma esmagadora que os intermediários tinham rendas acima da média ou altas, que flutuavam dependendo do "negócio":

Homem cisgênero trabalhando em contexto que favorece a ESCCA, 04:

O que a gente não ganha em uma semana, eles ganham em um dia, dependendo das situações.

Vale a pena notar, porém, que embora os intermediários tenham sido descritos de forma esmagadora como relativamente abastados, esse quadro parecia se aplicar àqueles que não eram parentes da criança. Em contraste, esperava-se que os intermediários relacionados com a criança tivessem um nível socioeconômico mais baixo, um fator que foi percebido como contribuindo fortemente para que empurrassem os seus filhos para a ESCCA. Da mesma forma, guias turísticos, motoristas de taxi ou tradutores, que também foram citados como possíveis intermediários, também não foram descritos como ricos. Isso espelha os resultados de um estudo etnográfico de Blanchette e da Silva (2017), que explorou terceiros envolvidos no sexo comercial no Rio de Janeiro. Embora não se concentrem especificamente na ESCCA, os autores observaram que os estereótipos associados aos cafetões não refletiam o fato de alguns serem extremamente vulneráveis. O estudo destacou, portanto, que embora exista um forte estereótipo local de que os intermediários têm conforto econômico, isso talvez exagere a situação econômica de todos os intermediários.



3.5 PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DOS INTERMEDIÁRIOS DA ESCCA

DURAÇÃO DO RELACIONAMENTO

Embora a associação de uma criança com um perpetrador de ESCCA possa ser uma interação única ou uma relação de longo prazo, a relação entre um intermediário e uma criança foi entendida de forma esmagadora como sendo de longo prazo, correspondendo a meses ou mesmo anos de exploração. Semelhante à perpetração a longo prazo, esperava-se que os intermediários usassem meios enganosos para atrair a criança a “trabalhar” para eles, variando de falsas promessas sobre o estilo de vida oferecido ao uso de substâncias para obscurecer o julgamento da criança ou criar dependência:

Homem guia turístico, 06: *Não são da família. A maioria, é amigo, do mesmo bairro. Conhecem [as crianças] e começam a jogar na mente, a iludir, dizer que ele vai ter tudo o que está desejando, que o turista ou o gringo tem dinheiro, que ele vai ganhar muito em cima disso e vai poder comprar a roupa, a bermuda de marca, a camisa. Joga conversas. Bebe com ele [a criança], pega amizade e entra na mente daquele que será abusado.*

Homem transgênero no mercado do sexo, 03: *Outra coisa também, essas pessoas [influenciam] as crianças a usar drogas. Bota logo na droga, para ficar dependente químico...*

A utilização de meios enganosos para alistar crianças na ESCCA tem sido bem documentada (The Freedom Fund, 2024; Zsögön, 2019), tal como a utilização de drogas por intermediários para controlar crianças (Riley-Horvath, 2019). O uso de engano e drogas por intermediários destaca as oportunidades de agência amplamente impedidas pelas crianças quando “concordam” com a ESCCA.

A duração das relações dos intermediários com as crianças foi entendida como baseada na rentabilidade:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *No máximo, uns 3 anos... Porque depois não tem mais serventia. Não fica mais com a clientela que estava, porque vão surgindo novas versões, novos garotos. E novos atrativos. Vamos supor, um garoto como eu não fica num relacionamento mais de um ano. Porque com o conteúdo da vivência já vai sabendo o modo da pessoa, o gosto, tudo e já vai se desgastando.*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08: *Depois que [a menina] não tiver dando mais lucro, ela [a exploradora] já dispensa Fulana e pega a Fulana. E assim, sucessivamente.*

Estas citações de pessoas no mercado do sexo sugerem que as crianças podem ser abandonadas pelos seus intermediários quando a procura pela criança diminui e a relação já não é comercialmente atraente. No entanto, o poder de conseguir terminar a relação não foi entendido como sendo partilhado pela criança. De acordo com o seguinte homem cisgênero no mercado do sexo, percebeu-se que os intermediários usavam ameaças para dificultar a escolha das crianças de abandonar a relação:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *[O intermediador] ameaça e tem que pagar e tem que ficar de graça um bom tempo [no relacionamento] para poder sair, porque tudo tem seu preço.*

Embora não seja um tema recorrente nas KIs e nos GFs, esse sentimento destaca uma camada adicional de exploração que tem sido vista rotineiramente nas relações entre os sobreviventes da ESCCA e os seus intermediários em outros estudos. Por exemplo, 8,3% dos sobreviventes da ESCCA no estudo de prevalência da ESCCA de 2024 do Freedom Fund relataram ter sido forçados a negociar sexo para pagar dívidas. A criança fica assim responsável por compensar o intermediário pelos “benefícios” oferecidos durante o relacionamento ou mesmo por supostas quebras de acordo.

ESCOPO DA FUNÇÃO

Os participantes normalmente estimaram que os intermediários teriam várias crianças sob o seu controle. Mulheres e homens no mercado do sexo relataram ter visto intermediários com quatro a seis crianças, com estimativas deste grupo não superiores a dez. Em contraste, os participantes que trabalham em locais que favorecem a ESCCA deram por vezes estimativas muito mais elevadas, como 40 a 50 ou mesmo 100 crianças sob um único intermediário, embora estas não pareçam basear-se em observações de primeira mão. No entanto, mesmo que o número de quatro a seis seja mais preciso, isso ainda sugere que os intermediários estão explorando múltiplas crianças simultaneamente. Dado que as respostas a esta pergunta tendem a centrar-se na visão estereotipada do intermediário abastado que não está relacionado com a criança, não ficou claro se os membros da família estão agindo como intermediários para múltiplas crianças.

MODALIDADES DE PAGAMENTO

Ao considerar os processos de pagamento, as crianças eram regularmente conceituadas como mercadorias que podiam ser trocadas pelo intermediário:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 02: *Ele [o intermediário] já leva e entrega [a criança] na mão do cliente e pega depois.*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 05: *“Arrume uma menininha para mim. Eu gosto de menina de 15. Eu gosto de menina de 12. Eu te dou um negocinho por fora.” É como comprar as duas.*

Sob este discurso, que contrasta fortemente com as representações de crianças exercendo a agência durante a ESCCA, as crianças foram despersonalizadas e reduzidas a algo que é “entregue” ou “comprado”. Além disso, independentemente da sua relação com a criança, normalmente entendia-se que os intermediários recebiam uma grande “parcela” do pagamento do perpetrador, recebendo a criança uma quantia excessivamente pequena. A percentagem sugerida variou consideravelmente entre os GFs e as KIs, com aqueles que trabalham em locais que favorecem a ESCCA estimando um percentual mais elevado do que as pessoas atualmente no mercado do sexo. No entanto, mesmo estes últimos, que eram mais propensos a ter um conhecimento preciso, ainda estimavam uma faixa altamente exploradora, de 50 a 80%. Assim, embora essas estatísticas fossem claramente estimativas e não devam, portanto, ser vistas como estatísticas precisas sobre a parte de um intermediário, elas validam que os intermediários são percebidos como lucrando desproporcionalmente com essa exploração.

PROTETOR OU EXECUTOR?

Refletindo as percepções das relações dos sobreviventes de ESCCA com os perpetradores de longo prazo, a relação entre os sobreviventes de ESCCA e os intermediários foi descrita como complexa, oferecendo riscos e benefícios. Alinhando-se com a observação de Blanchette e de Silva de 2017 de que os intermediários podem ser os aliados mais próximos que as pessoas envolvidas em sexo comercial têm, eles foram descritos como “protetores” que apoiavam as crianças caso estas enfrentassem ameaças:

GF com homens motoristas de taxi ou aplicativo: *Orador F: Por que isso? Porque ela se sente de alguma forma protegida. Porque aí fora, não é fácil. Elas se sentem protegidas. E realmente há uma proteção. Quando você tem um cafetão há uma proteção. Quando você trabalha só, o risco é bem maior.*

Mulher transgênero no mercado do sexo, 02: *Eu nunca tive uma cafetina ou um parente cafetão. E elas são pessoas maravilhosas. Tratam você como um pai ou uma mãe. Dá aquela sensação de segurança a você. Entendeu? Ela oferece a você uma segurança. Então é por conta... Oferece a você uma segurança, uma moradia. Em troca você vai ter que estar naquela diária feito com ela. Agora aí de você se você atrasar aquela diária. Tudo muda.*

Essas citações enfatizam os riscos potenciais associados ao sexo comercial que as crianças devem navegar diariamente. No entanto, como salientado pela última citação de uma mulher transgênero no mercado do sexo, a “proteção” fornecida por intermediários ocorre dentro de uma complexa teia de exploração e sob ameaça de violência por incumprimento.

Apoiando essa observação, foram dados vários exemplos de intermediários que recorrem à violência contra crianças sob os seus “cuidados”. Por exemplo, uma guia turística comentou:

Mulher guia turística, 01: *Aí o cafetão quase que bateu na menina. Puxou o cabelo dela. Aí queria forçá-la a ir. E a outra não queria.*

A violência infligida por intermediários não foi mencionada tão frequentemente como a violência perpetrada pelos perpetradores, possivelmente devido à reduzida visibilidade das relações intermediário-sobrevivente. No entanto, quando essa questão foi levantada, ainda se acreditava que os intermediários representavam uma ameaça significativa ao bem-estar da criança, sendo as ameaças e a violência real parte do seu arsenal para controlar a criança. Isso reflete o estudo de prevalência da ESCCA de 2024 do Freedom Fund, que descobriu que os intermediários usavam uma série de táticas para controlar crianças que se alinham com indicadores de trabalho forçado e tráfico de pessoas; essas variam desde reter documentos de identidade a usar ou ameaçar usar violência física e sexual contra crianças ou seus entes queridos. O mesmo estudo também concluiu que mais de um em cada dez sobreviventes de ESCCA relataram que a polícia era violenta quando se deslocava aos seus locais de trabalho. Assim, quando confrontadas com múltiplas fontes de violência, as crianças podem ser forçadas a recorrer a intermediários para fornecer “proteção”, mesmo que isso também tenha um custo substancial.

3.6 LOCAIS PERCEBIDOS DE PERPETRAÇÃO DE ESCCA E MOMENTOS DE ALTO RISCO

Ao considerar onde ocorre a ESCCA na RMR, os locais e ocasiões em que foram consumidas drogas ou álcool e, portanto, as inibições foram normalmente reduzidas, foram comumente associados a um alto risco de perpetração de ESCCA. Essas incluíam festas ou festividades em casa, como a festa de São João e o Carnaval, que estavam associadas a crianças que queriam roupas novas ou bens de consumo. A época do Carnaval/Verão também esteve associada a comportamentos considerados mais “liberais”, aumentando o risco de perpetração de ESCCA:²

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *Nas ladeiras de Olinda, em cada canto que você vai tem um transexual, tem uma sapatão, tem um gay, tem uma lésbica, tem casal transando, se masturbando, fazendo boquete. Carnaval é tudo liberado. Não tem policiamento, não tem nada.*

Homem guia turístico, 02: *[Explicando por que a ESCCA prospera no Carnaval] porque há bebida, vem muitos turistas, gringos, pessoas de fora. No Brasil já tem pedófilos, agora vem mais de fora.*

Conforme destacado pelas citações, entendia-se que o Carnaval aumentava tanto a oferta como a procura de encontros sexuais comerciais, em meio ao “combustível” adicional do uso de substâncias.

Os participantes também mencionaram locais onde a perpetração de ESCCA foi considerada comum ao longo do ano. Estes incluíam o centro da cidade de Recife, praias específicas e bairros específicos (Pina e Boa Viagem). As pessoas atualmente no mercado do sexo forneceram as informações mais detalhadas, provavelmente refletindo o seu trabalho ao lado dos sobreviventes de ESCCA. As mulheres no mercado do sexo geralmente mencionavam ruas, praças ou pontos de referência específicos. Outras áreas mencionadas incluíram os bairros de Olinda, Casa Caiada e Bairro Novo, e bairros da zona norte do Recife que são tipicamente considerados de classe média alta – Torre, Espinheiro e Casa Forte. Homens no mercado do sexo sugeriram locais semelhantes, incluindo diversas praias, pontos comerciais no bairro de Boa Viagem e áreas específicas no centro de Recife. Porém, como a amostra teve maior representatividade de pessoas que trabalham em regiões específicas da cidade, os resultados não devem ser tomados como um indício de que a ESCCA não esteja acontecendo com tanta intensidade em outras regiões da cidade.

² Os festivais mencionados são específicos da região onde a pesquisa foi realizada. No entanto, é provável que outros festivais em todo o Brasil também possam estar associados a condições que favoreçam a ESCCA.

Também foram feitas algumas referências ao fato de a internet ser um “lugar” onde ocorre a ESCCA por meio de aplicativos de namoro e redes sociais. Os especialistas na temática expressaram a crença de que a ESCCA está saindo das ruas devido ao aumento dos métodos online, o que significa que a ESCCA está se tornando menos visível e mais difícil de “policiar”:

Especialista, 05: *Antes, a exploração sexual, ela acontecia na rua. Hoje a exploração sexual está acontecendo aqui, nas redes sociais. É no WhatsApp, é no Instagram, em plataformas virtuais, né, em conversas privadas [...] então, com a presença da internet e as novas tecnologias, a exploração sexual ela passa a ter também uma nova configuração. [...] Isso [ESCCA nas ruas] ainda existe em alguns pontos. [...], Mas a gente sabe também que há um número muito maior de crianças e adolescentes sendo vítima de exploração sexual por essa outra via, né.*

Especialista, 04: *Você pode pensar que você quer encontrar as vítimas de exploração sexual olhando as ruas. Elas não estão na rua. Elas estão nos sites, nos mecanismos, nas redes sociais e nos instrumentos de tecnologias digitais montados para essa exploração sexual.*

Isso está de acordo com a análise da ECPAT de 2014 sobre a ESCCA na América Latina, que observou que a mudança dos intermediários para o uso de telefones celulares e da internet para entrar em contato com crianças tornou mais difícil identificar os infratores da ESCCA. À medida que a tecnologia digital avança e permite que os infratores explorem instantaneamente uma criança em qualquer lugar do mundo, é provável que essas dificuldades aumentem (Laser et al., 2020). Esse processo acelerou-se indiscutivelmente durante a pandemia da COVID-19, onde o uso da internet aumentou - incluindo o uso de streaming de vídeo - e vários estudos descobriram que os níveis de exploração sexual online de crianças e a distribuição de material explorador também aumentaram em todo o mundo (Harris et al., 2021; Drejer et al., 2024; Europol, 2020).

Embora se entendesse que a ESCCA ocorria a qualquer momento, também se entendia que provavelmente ocorria à noite:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 06: *Na maioria das vezes, não há programação. É, não importa para eles [os perpetradores], a qualquer hora, a qualquer momento que ele colocar na cabeça que quer fazer isso, ele fará de qualquer maneira.*

Mulher transgênero no mercado do sexo, 03: *É, noite: 8, 10 horas, começa [a ESCCA].*

GF com mulheres motoristas de taxi ou aplicativo: *O período da tarde, como ele falou, para a noite, já é mais adolescente acima de 15 anos, que ela já tem uma concepção maior. Mas a adolescente entre 10, 12 e 13 anos foca mais no lado escolar, porque é aquele horário que ela pode se locomover sem nenhuma dificuldade.*

Entre os guias turísticos, os fins de semana também foram percebidos como um período de maior ocorrência de ESCCA, embora um deles tenha dito que os turistas têm mais tempo durante a semana, sugerindo que os pontos turísticos têm os seus próprios “fluxos de pico”:

Mulher guia turística, 02: *No máximo, eu saio daqui 13h, 14h, já está dando. Já está começando os guias turísticos vão passando, aí eles vão aproveitando, já vão colocando as meninas e vai, eles marcam, aí sai.*

Homem guia turístico, 04: *Na semana acontece mais, durante a semana, à noite acontece mais. Porque os gringos não vêm muito em final de semana, eles vêm ao decorrer da semana para fazer esse tipo de programação.*

A ampla gama de horários alinha-se com o perfil heterogêneo dos perpetradores, que vão desde aqueles que são economicamente ativos no trabalho padrão das 9h às 17h até aqueles que estão aposentados, trabalham em trabalho ocasional ou noturno, ou estão de férias.

3.7 MOTIVAÇÕES PERCEBIDAS PELOS PERPETRADORES PARA SE ENVOLVEREM EM ESCCA

As explicações dos participantes sobre a perpetração de ESCCA se enquadraram em duas categorias. A maioria atribuiu a responsabilidade ao caráter e comportamento do perpetrador, enquanto outros – ecoando a noção de agressores sexuais “situacionais” da ECPAT de 2016 – consideraram fatores externos ao perpetrador, tais como o comportamento da criança e o contexto.

FATORES ASSOCIADOS AO CARÁTER OU COMPORTAMENTO DO PERPETRADOR DE ESCCA

Ao considerar as motivações dos perpetradores, foram citados vários fatores que se referiam aos seus comportamentos ou caráter. Por um lado, essas eram características intrínsecas sobre as quais o perpetrador era descrito como tendo relativamente pouco controle. Essas incluíam doenças, fetiches ou inadequações sexuais, ou a condição clínica de pedofilia (aparentemente entendida como envolvimento sexual de crianças com menos de 14 anos):

Homem guia turístico, 03: *Idade, também, não tem nada a ver, não. Idade e dinheiro ajudam, mas idade não tem nada a ver. Acho que isso é da índole da pessoa, não é a idade. Isso é da índole doentia, mental, da pessoa. Eu acho que qualquer idade. Como você falou, tanto o pobre como o rico.*

Homem guia turístico, 02: *Pedófilos, isso é uma doença, são pessoas doentes [...] de aliciar pessoas menores de idade.*

Essas citações retratam que a pedofilia é uma doença e não uma escolha, uma visão apoiada por especialistas que demonstraram ceticismo sobre se os pedófilos poderiam ser reabilitados.

Por outro lado, a explicação mais comum para a perpetração da ESCCA foi a “maldade” dos perpetradores, com a noção de *safadeza* aparecendo fortemente nos diferentes grupos de participantes, especialmente entre as participantes do sexo feminino. No entanto, ao contrário das doenças, esse comportamento tendia a ser apresentado como um comportamento sobre o qual o autor tinha algum controle. Como tal, foi potencialmente atribuída aos perpetradores maior responsabilidade pelo envolvimento em ESCCA, uma vez que se tratava de um “mau comportamento” consciente:

Mulher que trabalha em locais que favorecem a ESCCA, 01:

Acho que é por vaidade, por safadeza mesmo. Porque tem tanta mulher no mundo e homem, também. E, se passa para pegar uma criança? Eu já ouvi gente dizer que se passou dos 12 anos, pega. Se passou dos 30 quilos, pega. Eu acho um absurdo. Eu já ouvi muito isso aí. Eu já vi casos também de pegar crianças no colo e depois estar excitado, está entendendo? Porque isso também é um abuso.

Mulher transgênero no mercado do sexo, 03:

Para mim, pura safadeza. Para eles, é um desejo sexual, acho.

Um outro comportamento ligado ao aumento do risco de perpetração de ESCCA foi o consumo de drogas e álcool, com um homem cisgênero no mercado do sexo argumentando que “depois de o homem beber, não se pode confiar nele”. Baseando-se num discurso de fraco controle dos impulsos como uma característica normal da sexualidade masculina brasileira (Medeiros, 2022), essa visão naturaliza a perda de controle e envolvimento dos homens na ESCCA após alguns drinques.

FATORES LIGADOS À APARÊNCIA E AO COMPORTAMENTO DAS MENINAS ADOLESCENTES

As motivações dos perpetradores também foram descritas em termos da aparência ou do comportamento da menina. As explicações reforçaram novamente o discurso acima mencionado de que os homens são naturalmente atraídos por meninas adolescentes, bem como a noção de que as meninas chamam a atenção através de suas roupas ou danças:

Homem guia turístico, 03:

A menina passa aqui na frente. É que ela é meio doentinha, mas ela gosta de usar as roupinhas [...] sabe? E ela tem um corpinho bonito, ela é magrinha. Chama a atenção.

Homem guia turístico, 07:

Muita a ver com a adolescente ter um corpinho bonito. Muitas vezes sentem atração, quer porque quer. A boniteza também. Muitas das vezes é isso.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 09:

O que motiva [eles] são as crianças hoje em dia se vestirem como mulheres feitas. Essas dancinhas nojentas que existem, apologia ao sexo literalmente, humilhando uma mulher, jogando a mulher lá embaixo. E as meninas novinhas, de 13, 12, 14 anos, achando isso bonito. A mãe achando bonito comprar um shortinho curtinho, um topinho e a criança está lá rebolando o rabo. Aí, não, um tarado. Mas tarado por quê? Para mim ela [a criança] incentivou [ele].

Outros estudos no Brasil argumentaram que as referências dos homens aos corpos das meninas adolescentes ao explicar as motivações da ESCCA estão ligadas a marcadores biológicos da puberdade, que são percebidos como transmitindo a percepção da prontidão sexual das meninas (Ignacio et al., 2020; Segundo et al., 2012). No entanto, contrariando isso, 84,8% dos participantes da pesquisa discordaram que o desenvolvimento físico de uma menina refletia sua capacidade de tomar decisões sobre sexo (Tabela 5), sugerindo alguma consciência da necessidade de prontidão emocional e física para o sexo.

Ao considerar as ligações entre o vestuário e a “culpabilização das vítimas”, os resultados qualitativos e da pesquisa alinharam-se, com quase dois terços dos participantes no inquérito concordando que a forma como as adolescentes se veste diz muito sobre o que esperam dos homens. Essas descobertas refletem um corpo de literatura observando que, quando os homens argumentam que o estilo de vestir das meninas fornece “sinais indiretos” de concordância, eles se baseiam em normas de gênero desiguais que enquadram a sexualidade das meninas como desviante e os impulsos sexuais dos homens como naturais (Ignacio et al., 2020; Kyegombe et al., 2020). Essa perspectiva permite que as ações dos perpetradores sejam reformuladas como uma reação masculina “normal” aos corpos em desenvolvimento das meninas, ao mesmo tempo em que transfere a responsabilidade para a adolescente. Apesar dos participantes comunitários aludirem frequentemente às normas de gênero que perpetuam a perpetração de ESCCA, as suas próprias respostas revelam normas subconscientes que parecem permissivas ao comportamento dos perpetradores de ESCCA. Há, conseqüentemente, necessidade de uma programação plurianual que vise homens, meninos e a comunidade em geral para desafiar normas de gênero prejudiciais que não só apoiam a ESCCA, mas também justificam a ofensa.

Tabela 5: Declarações que se concentram no desenvolvimento físico e no vestuário de uma criança

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 “A forma como as adolescentes se vestem diz muito sobre o que elas esperam dos homens.”	35,4	29,1	1,3	27,9	6,3
 “Uma adolescente com corpo desenvolvido tem maturidade para tomar decisões sobre seus parceiros sexuais e relações.”	6,3	5,1	3,8	46,8	38,0

ESCCA COMO FONTE DE PODER PARA OS PERPETRADORES

A perpetração da ESCCA também foi explicada em termos dos sentimentos de poder associados aos perpetradores. Esses foram percebidos como derivados de múltiplas fontes, incluindo a sua capacidade de “ensinar” coisas novas às crianças (explorando assim a sua inocência), o status concedido por seus pares em resposta ao fato de terem uma adolescente nos seus braços, e o uso da ESCCA para exibir a riqueza relativa:

Homem cisgênero trabalhando em locais que favorecem a ESCCA, 04:

Eles [perpetradores] sabem do perigo que estão correndo, mas às vezes o ego fala mais alto, não é? O ego do machista, ele se transforma. “Ah, peguei uma menina de 14 anos”. [Ao falar isso], ele acha que é mais homem que os outros.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 10:

Uma vez eu perguntei para um homem que eu conheci, qual era a graça dele fazer isso com as crianças? “Ah, [...] eu brinco.” E ele disse que é porque a criança é inocente. E que gostava de ver a carinha dela sentindo que eu estou fazendo... O jeito dela agir, de reagir. Eu não entendo a cabeça deles. Isso que ele me respondeu.

Nos grupos focais e nas entrevistas, especialmente entre os participantes do sexo masculino, a perpetração da ESCCA foi frequentemente descrita como uma modalidade através da qual os homens podiam representar masculinidades hegemônicas, incluindo a demonstração de virilidade, apesar do risco, por menor que fosse, de serem responsabilizados. Isso reflete as conclusões da pesquisa, onde quase um terço dos homens que frequentavam locais de ESCCA concordaram que o sexo com uma adolescente pode fazer um homem sentir-se mais poderoso (Tabela 6). Embora a fonte percebida desse poder não seja clara, outros estudos sobre ESCCA em contextos de baixa renda ecoaram as conclusões qualitativas deste estudo, identificando que os homens derivam uma sensação de poder da sua capacidade de exercer controle, exibir a sua masculinidade e virilidade, e exibir a sua riqueza (Segundo et al., 2012), o que resulta particularmente de relações com disparidades etárias (Perrin et al., 2022). Além disso, embora apenas 6,3% dos participantes da pesquisa concordem que estar com uma adolescente ajuda um homem a ganhar o respeito de seus amigos, isso sugere que, entre uma pequena proporção de homens, o sexo com uma menina menor não é apenas tolerado, mas também é uma fonte de status. Os dados qualitativos e quantitativos dos participantes do sexo masculino sugeriram, portanto, que alguns atos de ESCCA podem ser motivados pelo desejo de promulgar uma masculinidade “aceitável”.

Tabela 6: Afirmações que associavam o sexo com meninas adolescentes à melhoria da autoimagem e do poder

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "Sexo com uma adolescente pode fazer um homem se sentir mais atraente."	16,5	11,4	1,3	50,6	20,3
 "Sexo com uma adolescente pode fazer um homem se sentir mais poderoso."	20,3	12,7	1,3	44,3	21,5
 "Sexo com uma adolescente pode fazer um homem se sentir mais aventureiro."	31,7	12,7	2,5	44,3	8,9
 "Sexo com uma adolescente é menos arriscado do que sexo com uma mulher."	3,8	7,6	3,8	44,3	40,5
 "Ficar com uma adolescente ajuda um homem a ganhar o respeito de seus amigos."	3,8	2,5	0,0	53,2	40,5

OPORTUNIDADES SOCIOECONÔMICAS PARA A PERPETRAÇÃO DA ESCCA

Finalmente, com base na noção de criminosos sexuais "situacionais" da ECPAT de 2016, o contexto de pobreza generalizada, necessidades motivadas pelo consumidor e fraca proteção social foi amplamente entendido como criando um ambiente social onde as oportunidades para a perpetração de ESCCA prosperam, uma vez que as crianças são levadas a considerar o sexo comercial:

Mulher transgênero no mercado do sexo, 04: *Às vezes, não tinha nem o que eu comer. Às vezes, eu procurava um pão em casa e não tinha. Eu disse, "não, ao invés de ir para o colégio, irei para avenida; ver como é o mundo da prostituição". Foi que ganhei o mundo, até hoje, 32 anos.*

Apesar das iniciativas de proteção social, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, os participantes perceberam que havia um grande grupo de crianças economicamente vulneráveis na RMR para serem exploradas por perpetradores e intermediários. Assim, as situações de pobreza proporcionam aos perpetradores das classes média e baixa oportunidades que de outra forma não se apresentariam. Isso está de acordo com um estudo de Divino et al. (2011), que constatou que os municípios brasileiros com alto turismo e baixa renda per capita tiveram a maior ocorrência de ESCCA. Deve-se notar, porém, que a Declaração de Estocolmo afirma que a pobreza não é o único fator determinante da ESCCA e não pode ser considerada uma justificativa para a mesma. Fatores transversais como o gênero, a sexualidade e a raça também aumentam a vulnerabilidade das meninas e dos meninos às pessoas que procuram explorá-los sexualmente.



3.8 MOTIVAÇÕES PERCEBIDAS DOS INTERMEDIÁRIOS PARA SE ENVOLVEREM EM ESCCA

Em contraste com os perpetradores, as motivações dos intermediários eram normalmente vistas como menos complexas, na medida em que estavam ligadas principalmente ao lucro. Apoiando isto, nas narrativas de um punhado de homens que trabalharam como guias turísticos e discutiram o que era indiscutivelmente um papel intermediário, a sua motivação econômica e o seu interesse próprio eram claramente evidentes:

Homem guia turístico, 02: *Nós levamos para o local que eles querem, mas depois o que ele faz dentro desses locais, eu não tenho como provar. A pessoa pede para levá-la a um local e meu papel é levar essa pessoa. Não tem condições de misturar as minhas coisas. Vai da pessoa, eu não tenho nada a ver.*

Homem guia turístico, 05: *Aí geralmente coisa assim eles [turistas] procuram [ESCCA], aí na hora que nós vemos, mas nós não podemos fazer nada. Senão [se a gente fizesse algo] não ia receber... é nós não sabemos o que eles podem fazer [com a gente].*

Assim, embora o último guia turístico também tenha dito que não sabia que medidas poderia tomar para impedir potenciais perpetradores, a principal motivação para apoiar os turistas a encontrar crianças para a ESCCA parecia ser o dinheiro e a segurança no emprego, sendo o papel de intermediário percebido como sendo uma extensão de seus empregos. Essas conclusões também se alinham com o tema abrangente e um tanto fatalista de que a ESCCA é comum e difícil de abordar.

Menos frequentemente, a satisfação de necessidades básicas ou o financiamento do consumo de drogas também foram mencionados como possíveis motivações dos intermediários:

Homem cisgênero no mercado do sexo, 02: *Tem muita gente [mães] que só quer aquilo, quer as drogas, quer dinheiro para gastar com alguma coisa, e não com a criança. Aquela criança ali está sendo abusada. Ela [a criança] que está sendo a vítima de tudo. [A mãe] diz: "Não, eu quero dinheiro para pagar um aluguel". Chega um cliente e diz: "Olha, quer vender teu filho?" "Daqui a pouco eu trago meu filho". Eu estou precisando de um aluguel. Os clientes querem abusar de uma criança, paga.*

Homem guia turístico, 02: *São mais de fora [não parentes], mas acontece de ter pessoas da família, mulheres que alugam as filhas. Eu observo muito na cidade... as mães arrumam clientes para suas filhas menores de idade serem abusadas em troca de dinheiro. As mães, os pais, a maioria, em troca de dinheiro, praticamente jogam a filha ou o filho nesse mundo.*

Tais motivações eram tipicamente associadas a intermediários familiares. No entanto, suas ações ainda eram descritas como uma escolha deliberada de explorar seus filhos. Apesar do reconhecimento de que fatores externos como a pobreza podem obrigar os membros da família a atuar como intermediários, as normas sociais que condenam a ESCCA como comportamento desviante garantiram que o seu papel ainda fosse considerado abusivo.

3.9 FATORES PERCEBIDOS QUE DESENCORAJAM PERPETRADORES E INTERMEDIÁRIOS DE SE ENVOLVEREM EM ESCCA.

Junto com os fatores entendidos como incentivadores da perpetração de ESCCA, estavam aqueles representados como possíveis dissuasores. Estes incluíam mecanismos formais e informais de proteção e retribuição.

AMEAÇA DE JUSTIÇA FORMAL

Entre os intervenientes formais da justiça, a polícia e o Conselho Tutelar foram mais frequentemente citados por todos os grupos como possíveis dissuasores para os perpetradores e, em menor grau,

para os intermediários. Sustentando isso estava um entendimento generalizado de que a ESCCA é um crime que pode resultar em prisão:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 05: *Vai de a pessoa querer se arriscar, estar ali se arriscando, porque tem a parte do medo, ela vai ficar com medo de ser presa, de alguma coisa do tipo, porque querendo ou não é crime.*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 10: *Eu conheci um velho, inclusive, eu tive um caso com ele também depois de que quase ele foi preso, que ele frequentava uma pensão de uma senhora que arrumava meninas para ele. E depois, ela chegou a ser presa por causa disso. E depois ele ficou com medo de ser preso e a gente se conheceu e ele me falou que parou, porque ele tinha medo. Mas que ele gostava de ficar com meninas.*

A última citação destaca que a ameaça de acusação pode dissuadir certos infratores. Isso reflete os resultados de um estudo que explorou as percepções dos caminhoneiros brasileiros sobre a ESCCA, que descobriu que, embora mais de um terço admitisse estar envolvido romântica e sexualmente com uma menor, a segunda maior razão para não se envolver em ESCCA era o medo de ser pego (de Moraes e outros, 2007). Notavelmente, no entanto, mais de um terço dos participantes da nossa pesquisa (35,4%) discordaram que a perspectiva de consequências dissuadiria um homem de pagar por sexo com uma adolescente (Tabela 7). Isso pode refletir a percepção de que alguns perpetradores não podem controlar seus desejos sexuais.

Foram discutidos alguns casos em que os perpetradores e intermediários foram processados através do sistema de justiça formal, e alguns participantes descreveram como a polícia conduziu verificações em locais conhecidos pela ESCCA. No entanto, um tema dominante em todas as GFs e KIs e também entre os especialistas foi a representação do sistema de justiça formal como amplamente ineficaz, com vigilância policial insuficiente e repleto de impunidade. Isso reflete os resultados da literatura mais ampla (Le Clerq Ortega e Sanchez, 2017; Drybread, 2020). Como tal, muitos participantes não acreditavam que os infratores da ESCCA seriam responsabilizados:

Mulher guia turística, 01: *Ele tem dinheiro. Essas coisas. Entendeu? É bem de vida [então nada acontece].*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 06: *...na maioria das vezes depois eles [perpetradores] estão todos soltos novamente fazendo a mesma coisa.*

Especialista, 02: *[Havia uma] cafetina famosíssima em Pernambuco, que ela era muito envolvida com o poder: com deputado, governador do estado, muita gente poderosa. Que ela quando foi presa, em 48 horas ela disse que ia ser solta, e foi.*

Mesmo os intermediários não familiares, que operavam em áreas públicas e eram conhecidos localmente, raramente eram detidos e movimentavam-se facilmente, sugerindo que as autoridades policiais podem estar fechando os olhos.

O fraco sistema judicial também foi citado como um impedimento para a denúncia de ESCCA; a razão mais comum para a não notificação de casos de ESCCA foi o medo, especialmente de intermediários não familiares:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 08: *Nós achamos ruim [a ESCCA], achamos um absurdo. Mas aí é que está. Se nós formos nos meter, formos denunciar, formos pegar placa de carro ou formos enfrentar, as consequências vêm piores. Aí eu vou ter que me mudar de onde eu moro, vou ter que arrumar uma confusão grande. ... É um Big Brother ali.*

No GF com motoristas de taxi do sexo masculino, o medo pela própria segurança pareceu repercutir em todo o grupo. Além disso, conforme destacado pela seguinte guia turística, o medo também pode estar ligado à perda de trabalho:

Mulher guia turística, 02: *Quando eu começo a conversar [sobre a ESCCA], eu acho isso revoltante, mas eu preciso daquele dinheiro, é o meu trabalho, eu não posso estar me metendo em nada. Não posso estar falando nada.*

A perda de emprego foi mencionada de forma semelhante pelas motoristas de Uber, que enfrentavam avaliações negativas se rejeitassem passageiros, mesmo que o passageiro aparentasse estar explorando crianças sexualmente. Assim, os exploradores, e especialmente os intermediários não familiares, parecem deter não só o poder sobre as crianças, mas também sobre as comunidades que não se sentem seguras em denunciar casos por medo de represálias.

O sistema judicial também foi descrito como um meio de dissuasão menos eficaz para os perpetradores ou intermediários que estejam relacionados com a criança. Nesses casos, um tema recorrente foi que os membros da comunidade se sentiam impotentes para agir, uma vez que se espera que a família proteja o agressor, impedindo a criança de procurar ajuda:

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 04: *[Discutindo sua própria exploração sexual nas mãos de seu avô] já falei com a minha tia. A minha tia disse que ele faz com ela também, a minha tia já tem 60 anos. Acho que ele fazia com todos, com as sobrinhas, com as netas.*

Isso está ligado às desigualdades de poder intergeracional entre uma criança e seus cuidadores, onde a dependência da primeira em relação à segunda a coloca em uma posição enfraquecida para denunciar abuso ou exploração. Além disso, existe também o perigo de o ato ser visto como um “assunto de família”, em vez de algo que justifique intervenção, com os desejos dos pais prevalecendo sobre os direitos da criança.

AMEAÇA DE SANÇÕES SOCIAIS INFORMAIS

Provavelmente ligada à percepção de ausência de um sistema de justiça formal eficaz, os participantes relataram que as comunidades também recorrem a mecanismos de justiça informais. Esses foram considerados como um potencial dissuasor para a perpetração da ESCCA. No entanto, foi relatado que se concentravam predominantemente nos perpetradores de ESCCA, talvez sem surpresa, dado o medo acima mencionado de intermediários não familiares. A “justiça” informal foi relatada como abrangendo desde o pagamento informal de compensações à família (por exemplo, fornecendo “cestas de alimentos”) até atos de violência, como o vigilantismo (incluindo o linchamento), referido como “justiça com as próprias mãos”.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 06: *Se a população pegar, a maioria das vezes eles chamam a polícia... tira a vida, fazê-lo masturbar, fazê-lo fazer a mesma coisa que ele fez com a criança.... não vou mentir não, o povo de lá até mata.*

Homem cisgênero no mercado do sexo, 01: *[Discutindo um perpetrador de ESCCA de 70 anos] ...porque as pessoas não fazem nada, mas já fizeram. Já quebrou a porta dele, já meteu pé, quebrou o vidro do carro dele.*

Destacando ainda mais a fraqueza percebida do sistema de justiça formal, esperava-se também que o vigilantismo ocorresse no caminho para as unidades de segurança pública e dentro do sistema prisional:

Homem guia turístico, 06: *Todos concordam que são tarados. Na minha região é isso. Se ele for pego, nos presídios de todo o Brasil, mas principalmente no Recife... e souberem que ele é um estupro, um tarado, os presos matam ele... um monte de coisas, como cabos de vassoura, cenouras no ânus do acusado.*

Embora o linchamento tenha sido frequentemente mencionado como uma reação hipotética e dissuasora para os perpetradores, pouquíssimos casos reais foram citados. No entanto, o uso generalizado de linchamentos no Brasil tem sido bem documentado (Clark, 2011), com alguém sendo morto por linchamento aproximadamente uma vez a cada dois dias em 2015 (Oliveira, 2016). Além disso, num estudo que explorou quais fatores foram percebidos como justificativos do linchamento em todas as regiões do Brasil, Freire e Skarbek (2023) descobriram que o estupro era de longe o fator mais significativo, especialmente o estupro de uma criança. Conseqüentemente, isso sugere que o linchamento é uma possível resposta à ESCCA, mas um fenômeno que atualmente não está bem documentado.

A estigmatização social também foi citada como um possível impedimento tanto para os intermediários como para os perpetradores:

Homem guia turístico, 02: *[Perpetradores e cafetões] ficam com medo, não é somente vergonha. Eu acho que ficam com um pé atrás. Eu acho que é vergonha e medo também. Medo de ser julgado pela população do bairro ou do local, da cidade.*

Dado que os intermediários não familiares parecem operar nas periferias da sociedade e suscitam um medo considerável, é questionável até que ponto a estigmatização é um impedimento eficaz. No entanto, 60,8% dos participantes da pesquisa concordaram que os homens deixariam de visitar locais conhecidos por terem adolescentes desacompanhadas se sua esposa ou parentes descobrissem, sugerindo que pode ser mais eficaz para os perpetradores.

PREVENÇÃO SITUACIONAL

Ao lado de dissuasores baseados em sanções, ações específicas para prevenir a ESCCA também foram mencionadas pelos participantes. Os participantes da comunidade de todos os grupos sociais tinham baixo conhecimento dos mecanismos de prevenção à ESCCA, sendo organizações não governamentais (ONGs), *Bolsa Família* e *Auxílio Brasil* mencionados por apenas uma pessoa. No entanto, a melhoria do acesso à proteção social, à educação e a outros direitos sociais básicos foi geralmente vista como uma medida possível para prevenir a ESCCA. Os participantes também mencionaram medidas informais que reduzem as oportunidades de infração de ESCCA, em vez de abordar o comportamento do perpetrador ou intermediário. Isso alude ao que Smallbone et al. (2008) referem-se como um quadro de prevenção situacional em que o crime sexual é entendido como sendo uma questão de motivações e oportunidades; reduzir oportunidades pode, portanto, dissuadir a infração. Isso está de acordo com a percepção dos especialistas de que é incrivelmente difícil reabilitar pedófilos.

A maior seleção de medidas informais relatadas veio de pessoas atualmente no mercado do sexo, muitas das quais eram sobreviventes da ESCCA e, portanto, tinham experiência em primeira mão da dinâmica da ESCCA. Os exemplos incluíam pedir documentos de identidade a menores em hotéis, atribuir aos perpetradores uma avaliação de uma estrela em aplicativos de transporte ou alertar os pais se seus filhos estivessem envolvidos em ESCCA. As mulheres no mercado do sexo também relataram se recusar a ajudar os perpetradores a encontrar uma criança para encontros de ESCCA, recusando a entrada de crianças pequenas (com menos de 12 anos) em locais onde ocorre sexo comercial ou sugerindo um adulto de aparência jovem quando os perpetradores procuravam uma criança para sexo comercial:

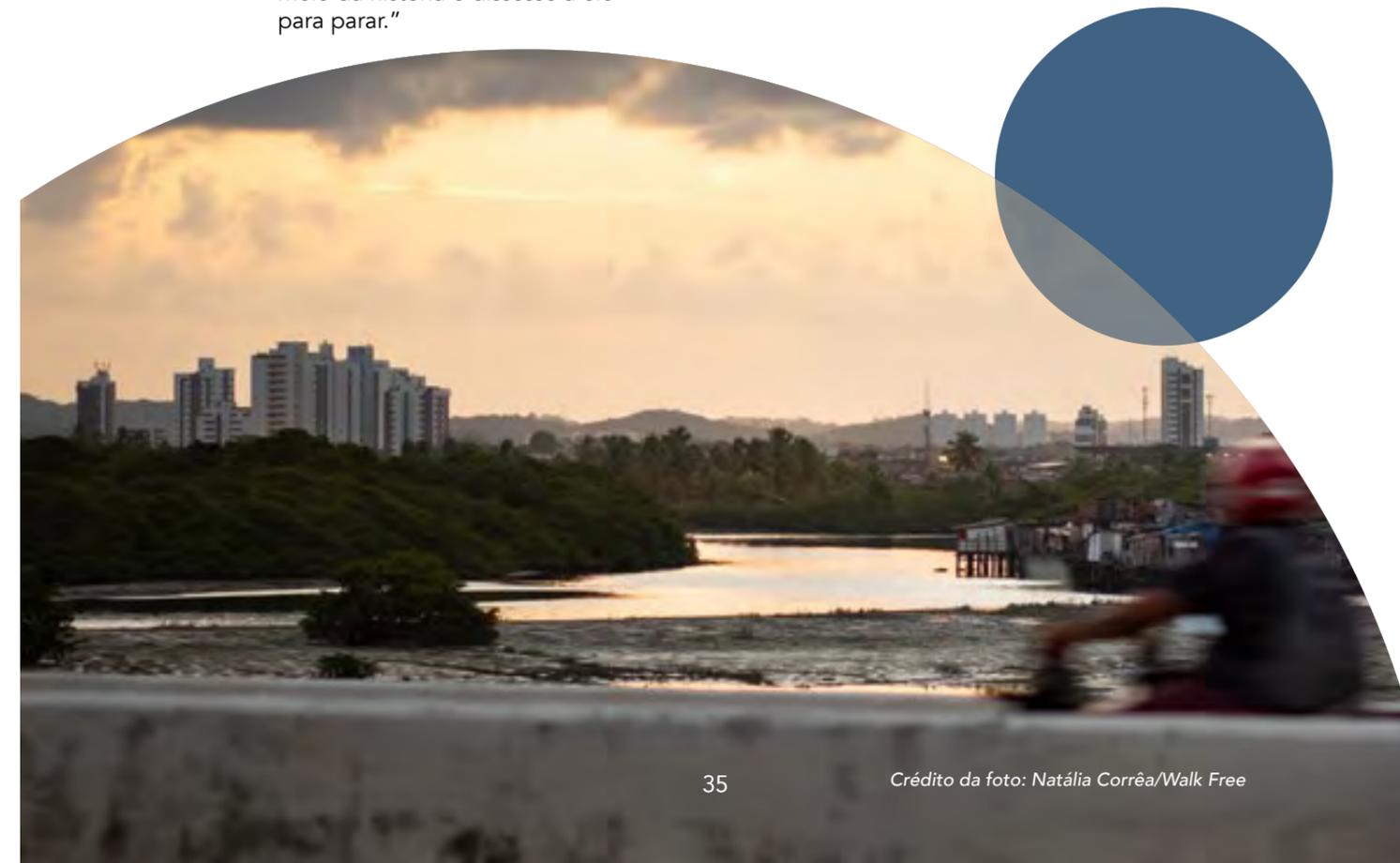
Mulher transgênero no mercado do sexo, 01: *Tem vários clientes meu que ficam falando: "Arruma uma de menor para mim, 16 anos, uma menininha..." Olhe, eu não gosto dessas coisas, eu não vou ajudar uma pessoa e me envolver nisso não. Até porque é um crime, colocar uma menor para fazer sexo com um homem.*

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03: *Ela tinha 19 anos, mas ela tinha cara de uma pessoa de 15. E um homem queria uma pessoa menor de idade. E enganamos ele, como se ela fosse menor de idade, mas não era, ela tem 19 anos. E o homem preferia uma pessoa menor de idade, uma menina nova, de 15 anos. Ele falou assim: "Eu pago o dobro. Eu pago muito. Eu pago o que ela quiser."*

As táticas de prevenção situacional também predominaram quando os participantes foram solicitados a pensar sobre possíveis abordagens para prevenir a ESCCA (incluídas nas recomendações abaixo). No entanto, embora possam dissuadir alguns delitos, não abordam as causas raízes da ESCCA, como a pobreza e as normas de gênero que apoiam a violência sexual masculina e os privilégios masculinos. Existe também o risco de que as abordagens de prevenção situacional atribuam responsabilidades indevidas às crianças para "evitarem" a ESCCA, fazendo com que sejam julgadas se não seguirem as salvaguardas adequadas, como vestir-se "apropriadamente".

Tabela 7: Declaração relativa a dissuasões (incluindo estigma social)

Resposta entre homens que frequentam áreas conhecidas por ESCCA (N=80)	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Neutro (%)	Discordo (%)	Discordo fortemente (%)
 "Se um amigo meu tivesse a oportunidade de pagar por sexo com uma adolescente e tivesse certeza de que não haveria consequências, ele não o faria."	35,4	25,3	3,8	29,1	6,3
 "Homens que frequentam locais de lazer/entretenimento adulto, onde existem adolescentes desacompanhadas, provavelmente parariam de fazer isso se suas esposas ou parentes descobrissem."	27,9	32,9	3,8	21,5	13,9
 "Se um amigo próximo estivesse ficando muito presunçoso ou fisicamente agressivo com uma jovem adolescente, seria aceitável que eu entrasse no meio da história e dissesse a ele para parar."	41,8	49,4	2,5	3,8	2,5



4. DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

As conclusões deste estudo sobre os perpetradores de ESCCA revelam normas e comportamentos significativos a nível individual e comunitário que contribuem para uma tolerância geral à ESCCA. Além disso, existe uma relutância notável entre os espectadores em intervir, mesmo em situações que eles pessoalmente consideram inaceitáveis ou prejudiciais. Muitas das perspectivas obtidas através desse estudo se alinham aos resultados do estudo do Freedom Fund de prevalência da ESCCA na RMR, onde se constatou que uma em cada seis mulheres jovens tinha vivenciado a ESCCA enquanto eram menores.

Em todos os grupos de participantes, a perpetração de ESCCA foi descrita de forma esmagadora como desviante, especialmente quando envolvia crianças com menos de 14 anos de idade. No entanto, também houve evidências de normas sociais que toleram o sexo entre adultos e crianças, especialmente o sexo entre homens e meninas adolescentes com 14 anos ou mais. Essas normas pareciam basear-se em compreensões de gênero da adolescência como um período de prontidão sexual, possivelmente refletindo a idade brasileira de consentimento sexual (14 anos). Existe, portanto, o risco de que os atos de ESCCA possam ser reformulados como relações consensuais e aceitáveis, nas quais a exploração é ignorada se a criança for considerada “pronta” e considerada como exercendo uma agência suficiente.

Os perpetradores da ESCCA foram descritos como um grupo heterogêneo, dificultando a definição de perfis. Embora o perfil típico do perpetrador fosse um homem de meia-idade ou mais velho, sem qualquer ligação anterior com a criança, entendia-se, no entanto, que vinham de diversas origens econômicas, sendo a característica consistente a vantagem relativa de renda sobre a criança, em vez da riqueza absoluta. Da mesma forma, embora os perpetradores fossem frequentemente descritos como “locais”, os turistas também eram considerados envolvidos na ESCCA. No entanto, as evidências sobre até que ponto os turistas procuram ativamente crianças menores para sexo comercial permanecem limitadas e não é claro como os turistas que praticam ESCCA diferem dos turistas que praticam sexo comercial legalmente com jovens adultos.

Embora todos os intermediários tenham sido descritos como lucrando desproporcionalmente com a exploração de uma criança, os perfis dos intermediários foram considerados diferentes dependendo da sua relação com a criança. Os intermediários não familiares tendiam a ser descritos como homens mais jovens (com 20 anos ou mais) com rendas superiores à média devido à sua exploração. Em contraste, os intermediários familiares eram entendidos como sendo mais tipicamente de famílias de baixa renda, contradizendo o mito do “cafetão” abastado. Possivelmente refletindo um discurso de “culpabilização da mãe”, as mães envolvidas na ESCCA eram mais frequentemente retratadas como intermediárias ativas, uma representação que não se alinhava com o discurso dominante de que os homens são os decisores sexuais.

Entendeu-se que os perpetradores de ESCCA se envolvem em diferentes tipos de ESCCA, desde trocas pontuais, normalmente de baixo valor, até relações mais duradouras que podem ser enquadradas de forma mais positiva devido aos benefícios percebidos para a criança e a sua família. Em contrapartida, entendia-se que os intermediários tinham uma relação de longo prazo com a criança, durando enquanto a relação fosse lucrativa.

Tanto os perpetradores como os intermediários foram entendidos como potencialmente expondo as crianças ao engano, à violência e à coerção, em consonância com os indicadores de trabalho forçado e tráfico de pessoas. Contudo, os intermediários eram tipicamente vistos como motivados por incentivos financeiros, enquanto as motivações dos perpetradores eram entendidas como sendo consideravelmente mais diversas, variando desde a “doença” ou desejo sexual até à procura de poder. Em circunstâncias onde a criança era percebida como exercendo sua agência, a responsabilização dos perpetradores tendia a ser diminuída, com suas ações sendo explicadas em termos da solicitação direta ou indireta da criança, conforme retratado através do seu modo de vestir ou comportamento.

Embora se entendesse que a possibilidade de ação criminal dissuadia alguns potenciais perpetradores, a confiança nos mecanismos formais de justiça era tipicamente muito baixa. O medo de represálias foi comumente citado como razão para não denunciar a perpetração de ESCCA. As comunidades pareciam também recorrer a respostas de justiça informal, como o vigilantismo ou abordagens de prevenção situacional que reduzem as oportunidades de ofensa, mas também acarretam um elevado risco de culpar a criança. No que diz respeito à identificação e apoio aos sobreviventes de ESCCA, as pessoas que vivem e trabalham em locais que favorecem a ESCCA tinham pouco ou nenhum conhecimento de tais serviços.

5. RECOMENDAÇÕES

Nesta seção, apresentamos um conjunto priorizado de recomendações, com base nos insights deste estudo e na ampla experiência programática do Instituto Promundo e do Freedom Fund. Essas recomendações enfatizam a necessidade de intervenções em vários níveis que maximizem oportunidades políticas, identifiquem e abordem lacunas no sistema de proteção e visem às normas e comportamentos comunitários e individuais que apoiam a ESCCA. Ao interagir de forma abrangente com diversos níveis do sistema de proteção à criança, nosso objetivo é diminuir as oportunidades para perpetradores e intermediários se envolverem na ESCCA, ao mesmo tempo em que garantimos que os infratores sejam responsabilizados diretamente. As recomendações são categorizadas por nível de ação e classificadas de acordo com o ator mais adequado para segui-las.

GOVERNO DO BRASIL

- **[Políticas e legislação] Aumentar a idade legal para o consentimento sexual, atualmente fixada nos 14 anos, visando reduzir a diferença entre esta e a idade mínima legal para praticar sexo comercial, que é a idade de 18 anos.** Qualquer alteração na idade de consentimento sexual deve ser replicada em toda a legislação pertinente, incluindo peças específicas de legislação que utilizem a idade atual de consentimento (14 anos) ao lidar com estupro (Projeto de Lei 739-2021) ou exploração sexual (Projeto de Lei 2787-2020). Essa mudança deve ser acompanhada por campanhas de informação pública sobre a diferença entre o sexo que envolve um menor e a ESCCA, e as possíveis sanções penais para qualquer uma delas.
- **[Serviços de apoio e agências de aplicação da lei] Reforçar a implementação da atual estrutura política e legislativa para prevenir e responder à perpetração da ESCCA.** Isso envolve alocar financiamento suficiente para as respostas do sistema de justiça à ESCCA, garantir que haja um número suficiente de mulheres profissionais para apoiar sobreviventes de ESCCA e fornecer treinamento para profissionais da segurança pública, saúde e proteção sobre como distinguir a ESCCA de outras formas de abuso sexual e como identificar os agressores. Também envolve o fortalecimento da coordenação entre os atores de proteção à criança (incluindo os serviços judiciais) e o investimento em mecanismos para reduzir a (re)vitimização de testemunhas e sobreviventes de ESCCA. Isso incluiria melhorar a colaboração entre prestadores de serviços para garantir um pacote de apoio mais coeso aos sobreviventes (Teles de Mendonça et al., 2023). É também necessário distinguir entre infratores “oportunistas” e “preferenciais” (ECPAT, 2016), com programas de reabilitação adaptados aos gatilhos sociais e psicológicos específicos de ambos os grupos.
- **[Serviços de apoio e agências de segurança pública] Aumentar o investimento na detecção e prevenção da ESCCA online.** Isso pode se basear nas 12 medidas para combater a exploração sexual e abuso de crianças e adolescentes que foram anunciadas pelo novo governo federal em maio de 2023, as quais incluíram medidas relacionadas à exploração online.³ Quando os funcionários são designados para trabalhar em investigações de ESCCA online, é imperativo que verificações detalhadas de antecedentes criminais sejam realizadas como parte do processo de contratação e que seja fornecido suporte adequado de autocuidado.

³ Veja: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/2023/governo-federal-fortalece-combate-ao-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes>

GOVERNO DO BRASIL EM COLABORAÇÃO COM ATORES DA SOCIEDADE CIVIL

- **[Serviços de apoio e agências de segurança pública] Apoiar os esforços das empresas focadas no turismo para eliminar a perpetração de ESCCA.** Em primeiro lugar, a educação dos proprietários e empregados é crucial e deve abranger tanto a definição de ESCCA como as suas repercussões criminais. Em segundo lugar, devem ser implementadas estratégias para proteger as crianças da ESCCA, tais como solicitar documentos de identidade antes de permitir a entrada de crianças nos hotéis. Em terceiro lugar, devem existir processos seguros de recrutamento e contratação, incluindo verificações de antecedentes criminais e avaliação se os potenciais funcionários detêm valores que apoiam a prevenção de ESCCA. Além disso, é muito necessária uma análise e revisão do *Código de Conduta Ética para a Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo de Pernambuco de 2012* – com base nas melhores práticas globais, como o “O Código” da ECPAT.⁴ – e a sua implementação deve ser priorizada.
- **[Serviços de apoio e agências de segurança pública] Reforçar a resiliência das crianças à perpetração de ESCCA, aumentando o acesso a programas holísticos e centrados na criança que abordam fatores que aumentam a vulnerabilidade das crianças aos perpetradores e intermediários da ESCCA.** As intervenções poderão incluir a eliminação dos obstáculos à educação e a redução do abandono escolar a todos os níveis, incluindo a formação profissional e as qualificações profissionais, sempre que possível. Além disso, o apoio psicossocial sensível ao gênero é crucial para responder às necessidades emocionais e psicológicas das crianças em risco. Em casos excepcionais, a disponibilização de abrigo também pode ser necessária para garantir a segurança e o bem-estar das pessoas em maior risco. Nos casos em que ONGs desenvolveram modelos bem-sucedidos para trabalhar com sobreviventes de ESCCA, existe uma oportunidade de ampliar esses modelos a outros prestadores de serviços estatais e sem fins lucrativos. Além disso, é necessária uma programação em larga escala para educar as crianças sobre toda a sua gama de direitos (incluindo os direitos sexuais) e sensibilizá-las para os riscos associados à ESCCA. Isso poderia ser alcançado envolvendo tanto atividades independentes e integração nos currículos escolares, abordando a lacuna atual na educação abrangente sobre direitos sexuais nas escolas (Campos e Urnau, 2021).
- **[OSCs e líderes comunitários] Incentivar e ajudar a desenvolver a resiliência familiar contra a perpetração da ESCCA, promovendo a conscientização e a compreensão sobre ESCCA, e ao mesmo tempo abordar os fatores socioeconômicos que aumentam a susceptibilidade de uma família à ESCCA.** Esses poderiam incluir a ligação de famílias em risco a meios de subsistência e programas de proteção social relevantes. As intervenções também podem abranger a sensibilização dos pais/responsáveis sobre o aliciamento e os sinais de que os seus filhos podem estar envolvidos na ESCCA, aumentando a sensibilização sobre o impacto da ESCCA no bem-estar das crianças a longo prazo e fornecendo apoio sobre como falar com as crianças sobre os perigos da ESCCA.
- **[OSCs e líderes comunitários] Implementar normas sociais e intervenções de mudança de comportamentos que visam abordar normas prejudiciais de gênero que desculpam ou justificam a perpetração da ESCCA.** Idealmente, essas incluiriam intervenções a longo prazo que visam homens e meninos, bem como mulheres e meninas, para serem aliados e desafiar as normas de gênero que apoiam a ESCCA. Com base em modelos como o SASA!, homens e meninos receptivos poderiam então ser treinados como aliados nas suas comunidades para promover normas

⁴ Veja: <https://thecode.org/>

de gênero mais equitativas e para se manifestarem contra a ESCCA.⁵ Os adultos no mercado do sexo podem desempenhar um papel particularmente crítico como aliados na sua comunidade, prestando apoio na sensibilização e outras atividades de prevenção à ESCCA.

- **[OSCs e líderes comunitários] Mecanismos-piloto baseados na comunidade para dissuadir e responder à perpetração da ESCCA.** Esses poderiam incluir a partilha de informações, vias de encaminhamento e grupos de proteção que se baseiam em estruturas comunitárias existentes e têm a tarefa de educar os membros da comunidade sobre os riscos da ESCCA, como responder a casos suspeitos e como procurar apoio. Qualquer um desses grupos idealmente incluiria adultos no mercado do sexo. Grupos de proteção baseados na comunidade podem ser conectados aos atores locais de proteção infantil e aos representantes dos serviços judiciais e sociais do estado para fortalecer os caminhos de encaminhamento e aumentar o acesso dos sobreviventes aos serviços de resposta.
- **Foco na ESCCA na próxima campanha do dia 18 de maio (“Faça Bonito”) em Pernambuco, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** A campanha poderia se basear na pesquisa de ESCCA realizada recentemente no estado. Em vez de mensagens genéricas para toda a população, recomendamos que as mensagens sejam adaptadas a públicos específicos – como caminhoneiros, motoristas de taxi, motoristas de aplicativo e guias turísticos – e que alertem potenciais perpetradores e intermediários sobre as repercussões criminais da ESCCA. As mensagens também podem ser entregues perto de locais onde é provável que ocorra ESCCA, incluindo bares, pubs e pontos turísticos, e oferecidas através de escolas para que crianças e adolescentes recebam mensagens personalizadas sobre os riscos associados à ESCCA e como denunciar. Por último, a campanha poderia ter como alvo os agentes da segurança pública, como a polícia, que são fundamentais para reduzir a prevalência da ESCCA e aumentar o acesso dos sobreviventes aos serviços de resposta.

Finalmente, concluímos com uma série de ações recomendadas propostas pelos próprios participantes da pesquisa, pessoas que estão profundamente imersas em contextos em que ocorre a ESCCA. Essas percepções destacam a necessidade de aumentar a conscientização sobre os riscos da ESCCA entre as crianças e suas famílias, e para que os órgãos governamentais desempenhem um papel mais proativo na detecção de violações e tomem ações de fiscalização mais rigorosas contra os perpetradores.

⁵ SASA! é um programa abrangente e baseado em evidências, dirigido a homens e rapazes, que visa transformar normas de gênero prejudiciais e injustas. Foi desenvolvido pela Raising Voices, uma ONG internacional fundada em Uganda que trabalha na prevenção da violência contra mulheres e crianças. Para obter mais informações, consulte <https://raisingvoices.org/women/sasa-approach/>.



Mulher que trabalha em contexto favorável à ESCCA, 01:

Ir nos conselhos de moradores, e ter uma pessoa que fique responsável para ir nos bairros, de casa em casa, para alertar isso [sobre ESCCA].

Especialista, 03:

Eu acho que o que falta [na resposta à ESCCA] é que se perceba isso como uma única teia. Que toda essa rede [de respostas] esteja atuando de fato de forma conjunta. Acho que a gente tem ainda muitos pontos cegos, pontos que a gente não vê... Então, por exemplo, [deveríamos considerar] as equipes de todos os hospitais, eu não to falando só de pediatria.

Homem guia turístico, 04:

Então, os governantes virem fazer reuniões nas comunidades para combater isso, esse tipo de exploração de menores. O governante dar apoio à família que vive em caos. Situações desagradáveis de falta de alimentação, falta de estrutura, falta de tudo.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03:

Eu penso que [prevenção à ESCCA] pode ser feito primeiro no Brasil inteiro, nas mentes das pessoas. Uma conscientização. Porque se não existisse homem para procurar [crianças], não existiria o abuso. Primeiro, tem que existir uma conscientização na cabeça dos homens em si.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 10:

Eu acho que deve ter mais programas para as mães, falando sobre isso. As mães vão se importar mais com as filhas. Porque se as filhas crescem sozinhas, eu acho que vai dar nisso daí [ESCCA].

Homem guia turístico, 05:

Eu acho que deveria ter fiscalização e os tradutores deveriam ser contratados por empresa com as pessoas serias...deveria ter uma fiscalização.

Mulher guia turística, 01:

Explicar mais como funciona a exploração. Entendeu? Que é crime.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03:

Sim. Eu não vejo ninguém [da polícia] à paisana procurando o homem que está abusando de uma menor de idade. Eu vejo atrás de traficante, atrás de maconheiro... Mas eu não vejo a polícia atrás de um homem que está abusando de uma menor de idade... É sobre isso, as pessoas marginalizam o homem que vende droga, mas passa longe de estuprador.

Mulher cisgênero no mercado do sexo, 03:

Eu acho que [é necessário mais] policiamento em sites, mais rigor nesses aplicativos.



ANEXO A: VISÃO GERAL DETALHADA DOS MÉTODOS

O estudo utilizou uma abordagem de métodos mistos, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A abordagem qualitativa foi utilizada na primeira rodada de coleta de dados, sendo posteriormente complementada por uma abordagem quantitativa na segunda rodada. Ambos os métodos têm como base a premissa de que as informações relatadas por frequentadores de locais onde ocorre a ESCCA podem ser usadas para fortalecer o conhecimento dos comportamentos de perpetradores e intermediários, além de proporcionar uma compreensão das percepções da ESCCA dentro das comunidades-alvo.

MÉTODOS QUALITATIVOS

Os GFs e as KIs foram realizadas com **5 especialistas na temática e 41 participantes** adultos que trabalhavam em áreas conhecidas pela ESCCA para averiguar as suas percepções sobre a perpetração de ESCCA (Tabela 8). Estes últimos incluíam mulheres e homens (cis e trans) atualmente no mercado do sexo, guias turísticos, motoristas de taxi e pessoas que trabalham em locais que favorecem a ESCCA, incluindo proprietários de bares, funcionários de hotéis, vendedores ambulantes e empregadas domésticas. Os participantes foram identificados por meio da amostragem intencional, com o apoio da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo, órgãos locais do Poder Judiciário e outras instituições que trabalham diretamente com sobreviventes da ESCCA, e associações de guias turísticos. Foram incluídos participantes desde que atuassem nas áreas-alvo, tivessem idade superior a 18 anos e fossem residentes da RMR. Embora a RMR seja composta por 14 municípios⁶, a coleta de dados ocorreu predominantemente na capital do estado de Pernambuco, abrangendo apenas parte dos municípios citados. Os cinco especialistas na temática foram selecionados através de contatos do Instituto Promundo com universidades locais, interlocutores do governo municipal do Recife, do estado de Pernambuco e do governo federal, e contatos fornecidos pelo Freedom Fund. O estudo excluiu estrangeiros, exceto especialistas na temática.

A abordagem de amostragem para os participantes da comunidade pressupõe que a sua frequência em locais que favorecem a ESCCA significava que eles teriam experiência em primeira mão interagindo com os perpetradores e intermediários da ESCCA ou os teriam observado durante o seu trabalho. Validando essa suposição, quase todos os participantes discutiram casos reais de ESCCA. No entanto, os participantes que eram mais propensos a ter contato regular com os perpetradores e intermediários da ESCCA, como os adultos que atualmente trabalham no mercado do sexo, normalmente forneciam as informações mais detalhadas.

Tabela 8: Participantes do método qualitativo

Participantes	Gênero		Número de pessoas
Mulher atualmente no mercado do sexo	Cis	Entrevista	10
	Trans	Entrevista	4
Homem atualmente no mercado do sexo	Cis	Entrevista	2
Mulheres profissionais que trabalham em locais que favorecem a ESCCA	Cis	Entrevista	5
Homens profissionais que trabalham em locais que favorecem a ESCCA	Cis	Entrevista	4
Mulheres motoristas de taxi ou aplicativos de mobilidade	Cis	GF	6
Homens motoristas de taxi ou aplicativos de mobilidade	Cis	GF	5
	Trans	GF	1
Homens Guias Turísticos	Cis	Entrevista	7
Mulheres Guias Turísticas	Cis	Entrevista	2
Especialistas na temática	-	Entrevista	5

⁶ São eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

COLETA DE DADOS QUALITATIVOS

Foram desenvolvidas três ferramentas de coleta de dados: uma para especialistas, uma para perpetradores de violência (caso esta abordagem fosse viável) e uma para participantes que trabalham em áreas conhecidas pela prevalência da ESCCA. As ferramentas foram pré-testadas com pessoas no mercado do sexo e profissionais que trabalham em locais que favorecem a ESCCA. O pré-teste permitiu analisar a) a adequação da linguagem para os participantes; b) a duração provável da entrevista; c) o fluxo da entrevista; e d) a validade das questões para investigação empírica das questões de pesquisa.

Após o pré-teste, as entrevistas e os grupos focais foram realizados presencialmente em hotéis e espaços de coworking da cidade do Recife. Uma pequena proporção foi realizada por telefone devido aos desafios do encontro presencial, como a disponibilidade limitada dos indivíduos recrutados para o estudo. Toda a coleta de dados ocorreu entre 9h e 17h, com exceção das entrevistas com especialistas. As KIs duraram cerca de uma hora, enquanto os GFs duraram em média uma hora e 45 minutos.

A análise de conteúdo foi utilizada para analisar os dados qualitativos. O material foi primeiramente transcrito antes de ser codificado pelos pesquisadores, que buscaram temas recorrentes que pudessem (ou não) se alinhar às questões de pesquisa. Esse processo foi seguido por diversas reuniões entre a equipe de pesquisa para comparar dados e conduzir novas rodadas de análise. Os dados foram analisados primeiro observando as diferenças e semelhanças dentro de tipos específicos de perfis de participantes. Em seguida, foi realizada uma análise transversal dos dados entre os diferentes tipos de perfil de participantes. Para finalizar a pesquisa, foi elaborada uma síntese geral com as principais informações apresentadas de forma resumida. As conclusões e recomendações prioritárias basearam-se principalmente nas notas dos especialistas.

MÉTODO QUANTITATIVO

Após se tornarem aparentes as dificuldades de recrutamento de infratores condenados de ESCCA (ver Caixa A), foi adicionada uma pesquisa direcionada a homens que frequentam locais conhecidos por ESCCA. Procurou-se compreender ideias, atitudes e comportamentos que tendem a estar associados à ESCCA, quer como potencial perpetrador ou intermediário, quer como indivíduo que valida socialmente a ocorrência desse tipo de crime. A hipótese dessa fase foi que as atitudes e comportamentos relativos à ESCCA, de homens que frequentam locais conhecidos pela ESCCA, podem ter pontos de convergência com os verdadeiros perpetradores. No entanto, reconhecendo o potencial de viés de seleção, procurou-se também descrever as principais características dos homens que frequentam essas áreas.

Os participantes foram recrutados utilizando uma abordagem de amostragem por conveniência, com adesão voluntária, baseada na sua presença nos dez locais ou estabelecimentos mais mencionados na fase qualitativa como áreas onde a ESCCA ocorre. No caso dos turistas do sexo masculino, foram visitados diversos locais, como praias, hotéis e bares, onde esses homens foram encontrados em grupos. Nas conversas iniciais, muitos admitiram que o turismo sexual foi um dos motivos para visitar Recife e cidades próximas. Vários também relataram preferências por novinhas, termo utilizado em diversos territórios brasileiros para se referir a mulheres adolescentes ou adultas jovens. Porém, quando tentamos consolidar a participação desses mesmos homens no estudo, nenhum aceitou. Esse grupo foi, portanto, substituído por guias turísticos que interagiam regularmente com os turistas. No total, o questionário da pesquisa foi preenchido por **80 participantes do sexo masculino**. Uma visão detalhada pode ser visualizada na Tabela 9.

Tabela 9: Características demográficas coletadas de participantes do sexo masculino em locais que favorecem a ESCCA

	Idade ≤ 30 N (%)	Idade >30 N (%)	Total N (%)
Raça	13 (16,5)	66 (83,5)	79 (100)
Branco	4 (22,2)	14 (77,8)	18 (22,8)
Pardo	4 (8,5)	43 (91,5)	47 (59,5)
Preto	5 (38,5)	8 (61,5)	13 (16,5)
Indígena/outro	0 (0,0)	1 (100)	1 (1,3)
Estado civil	13 (16,5)	66 (83,5)	79 (100)
Solteiro	9 (24,3)	28 (75,7)	37 (46,8)
Casado	4 (13,8)	25 (86,2)	29 (36,7)
Divorciado/Viúvo/Outro	0 (0,0)	13 (100)	13 (16,5)
Tem mais de 1 filho	6 (9,1)	60 (90,9)	66 (83,5)

COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS

A pesquisa foi administrada in situ em cada um dos 10 locais. Após o treinamento sobre a ferramenta, a pesquisa foi aplicada inicialmente a 12 homens em dois locais diferentes para testar a compreensão. Na tentativa de diversificar o grupo de participantes, os entrevistadores chegaram a cada local e se acostumaram com a dinâmica dos estabelecimentos antes de começarem a abordar os indivíduos. Os pesquisadores também verificaram a quantidade de homens presentes para captar o fluxo de indivíduos e sua dinâmica dentro dos locais. Alguns proprietários ou gerentes permitiram que as entrevistas ocorressem dentro das instalações, embora esse não tenha sido o caso para todos. Quando este último se aplicava, as entrevistas de pesquisa aconteceram nas proximidades do local. No caso de motéis e hotéis, os entrevistadores não entraram nos espaços, concentrando-se em bares ou esquinas adjacentes onde os intermediários negociavam com os perpetradores antes de enviarem as crianças para os hotéis ou motéis para efeitos de ESCCA.

Os primeiros 12 homens consideraram o instrumento perfeitamente compreensível e o formato da entrevista pareceu adequado para o propósito do estudo. No entanto, embora a maioria dos homens abordados concordasse em participar, alguns pareciam “desconfiados” dos entrevistadores. Para reduzir essa suspeita, excluímos a necessidade de assinar o termo de consentimento nas rodadas subsequentes de coleta de dados, mas gravamos o áudio dos participantes expressando seu consentimento. Também expandimos o horário das entrevistas das 17h às 20h para cobrir mais visitantes nos locais. Com essas medidas em vigor, realizamos mais 18 entrevistas em dias diferentes e em três locais diferentes. Os resultados foram encorajadores, com as barreiras percebidas pelos pesquisadores na fase inicial diminuindo significativamente. Todas as entrevistas das duas primeiras rodadas foram integradas ao banco de dados final. A duração média da aplicação da pesquisa foi de cerca de 20 minutos, incluindo a abordagem inicial, o processo de consentimento e a aplicação da pesquisa.

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

Os dados foram analisados por meio de análise descritiva, embora não tenham sido realizados modelos inferenciais. Em vez disso, os resultados ajudaram-nos a verificar pistas e tendências a partir dos dados qualitativos, fortalecendo a nossa compreensão do perfil dos adultos que se envolvem em ESCCA, seja como perpetradores ou intermediários, e as percepções dos membros da comunidade sobre esses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Dado o tema sensível da pesquisa, um protocolo de pesquisa foi desenvolvido, destacando as rigorosas medidas propostas que seriam utilizadas para garantir a adesão aos padrões éticos globais. Esses incluíram a obtenção do consentimento informado por escrito ou verbal de todos os participantes, garantindo que os participantes entendiam que poderiam se retirar do estudo ou interromper as entrevistas a qualquer momento, e anonimizar as identidades de todos os participantes na análise e nos relatórios escritos (Bryman, 2012). A aprovação ética para ambas as fases da coleta de dados foi concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, localizado na cidade de Brasília-DF, Brasil. O parecer de aprovação considerou que a pesquisa tinha ‘relevância social e acadêmica, envolvendo um tema de interesse para o desenvolvimento de políticas públicas’.

Caixa A: Os desafios de falar com perpetradores condenados

A pesquisa inicialmente teve como objetivo falar com os perpetradores condenados por ESCCA para entender melhor suas atitudes, comportamentos e motivações. No entanto, mesmo com o apoio da Secretaria de Estado para a Ressocialização dos Reclusos, foi extremamente difícil encontrar, recrutar, selecionar e entrevistar homens que já tivessem sido condenados por ESCCA. Não houve homens presos nos termos dos artigos 228 e 229 do Código Penal (relativos à exploração sexual) nas principais unidades penitenciárias investigadas, seja por regime fechado ou semiaberto. Os detentos encarcerados por violência sexual contra crianças haviam sido detalhados sob artigos criminais de abuso sexual infantil, mas não de exploração sexual. Isso pode ser devido aos crimes de abuso estarem associados a penalidades mais rigorosas e mais rápidas, pois são mais facilmente caracterizados.

Para tanto, realizamos pré-entrevistas com 5 homens encarcerados por crimes associados ao abuso sexual de crianças e adolescentes para verificar se algum mencionava troca de bens materiais pelo ato sexual. No entanto, apenas um admitiu parcialmente ter abusado de uma menina. Um profissional que trabalha em uma unidade penitenciária não se surpreendeu com sua relutância em se abrir, dizendo: “o preso diz que matou 30, mas não assume o crime de abuso”. Uma das razões para tal é que os detentos que se sabe estarem encarcerados por crimes de violência sexual podem sofrer severas represálias por parte de outros detentos. Um perpetrador condenado de ESCCA potencial, que estava atualmente em liberdade condicional, foi identificado após uma intensa busca em locais próximos de serviços de assistência que proporcionam benefícios às populações prisionais. Esse homem foi entrevistado para o estudo. No entanto, assim que começou a descrever os seus crimes, não ficou claro se os atos tinham sido exploração sexual ou abuso sexual. Portanto, omitimos os seus dados do relatório.

LIMITAÇÕES

Conforme observado acima, o estudo enfrentou desafios intransponíveis ao entrevistar perpetradores e intermediários de ESCCA, portanto, em vez disso, consultou pessoas que trabalham em locais que favorecem a ESCCA. Como tal, não há garantia de que os participantes tivessem conhecimento real dos perpetradores ou intermediários da ESCCA. Muitos certamente o fizeram, pois recordaram experiências em primeira mão de interações com perpetradores e intermediários. Isso ficou especialmente claro nas entrevistas com mulheres e homens atualmente no mercado do sexo. No entanto, outros participantes forneceram respostas vagas, especialmente em questões que exploram a frequência e as preferências dos perpetradores, sugerindo menos experiências em primeira mão. Os dados devem, portanto, ser entendidos claramente como percepções e não como perfis concretos. No entanto, nos dados quantitativos, as percepções sobre a ESCCA não variaram muito entre os diferentes perfis, o que significa que algumas generalizações podem ser feitas.

Outras limitações incluem a possibilidade de viés de desejabilidade social, dado o tema delicado, e o fato de o estudo ter sido realizado predominantemente na capital do estado de Pernambuco. Portanto, os resultados, conclusões e sugestões deste estudo não podem ser generalizados para outros territórios brasileiros ou internacionais. Além disso, a maioria dos participantes vivia e trabalhava na capital, Recife, onde residem as maiores taxas populacionais do estado. A extensão em que as conclusões se aplicam a toda a RMR não é, portanto, clara. Nos dados qualitativos, também ficou claro que alguns participantes nem sempre viam uma diferença entre a ESCCA e o abuso sexual infantil de forma mais geral. O entrevistador, portanto, precisava fornecer explicações adicionais que podem ter influenciado as respostas dos participantes. Finalmente, a pesquisa apenas fez perguntas relacionadas a meninas adolescentes e não com meninos ou sobreviventes transgênero.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil (2019). Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disque 100 recebe 50 casos diários de crimes sexuais contra menores. Número pode ser maior porque vítimas não denunciam. Publicado em 18 de maio de 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/disque-100-recebe-50-casos-diaris-de-crimes-sexuais-contra-menores>.

Aranha, D., Menezes, N., França, A., Findlater, D., Manson, W., & Allardyce, S. (2020). Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Recife e Pernambuco. Ideário Consultoria. Disponível em: <https://ecsa.lucyfaithfull.org/sites/default/files/VSCCA%20Recife%20e%20Pernambuco%20Relatorio%20Final.pdf>

Barnert, E., Iqbal, Z., Bruce, J., Anoshiravani, A., Kolhatkar, G., & Greenbaum, J. (2017). Commercial Sexual Exploitation and Sex Trafficking of Children and Adolescents: A Narrative Review. *Academic Pediatrics*, 17(8), 825–829.

Blanchette, T.G., & da Silva, A.P. (2017). Sympathy for the Devil: Pimps, Agents, and Third Parties Involved in the Sale of Sex in Rio de Janeiro. In: Horning, A., Marcus, A. (eds) *Third Party Sex Work and Pimps in the Age of Anti-trafficking*. Springer, Cham.

Brouard, P., & Crewe, M. (2012). Sweetening the deal? Sugar daddies, sugar mummies, sugar babies and HIV in contemporary South Africa. *Agenda*, 26(4), 48-56.

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods (Fourth Edition)*. Oxford: Oxford University Press.

Buller AM, Pichon M, McAlpine A, Cislighi B, Heise L, & Meiksin R. (2020). Systematic review of social norms, attitudes, and factual beliefs linked to the sexual exploitation of children and adolescents, *Child Abuse and Neglect*, 104, 104471.

Clark, T. (2011). Lynching in Another America: Race, Class, and Gender in Brazil, 1980–2003. In: Berg, M., Wendt, S. (eds) *Globalizing Lynching History*. Palgrave Macmillan, New York.

De Araújo costa, A. (2021). Analysis of the performance of public policies in Brazil to cope with sexual violence against children and adolescents, *Advance*, Preprint.

Divino, J. A., & de Andrade, J. P. (2011). Socio Economic Determinants of Child Sexual Exploitation in Brazil. CAUTHE 2011: National Conference: Tourism: Creating a Brilliant Blend, 1040–1049. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.913016572800159>

Drejer, C., Riegler, M. A., Halvorsen, P., Johnson, M. S., & Baugerud, G. A. (2024). Livestreaming Technology and Online Child Sexual Exploitation and Abuse: A Scoping Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 25(1), 260-274.

Drybread, K. (2020). Power, Privilege, and the (Extrajudicial) Punishment of Rape in Brazil. *Public Culture*, 32(1), 163-183.

Durham, M. G. (2008). *The Lolita Effect*. Overlook Press: New York.

The Economist (2020). Out of the shadows: shining light on the response to child sexual abuse and exploitation. The Economist Intelligence Unit.

ECPAT International (2014). The Commercial Sexual Exploitation of Children in Latin America: Developments, progress, challenges and recommended strategies for civil society. Disponível em: https://ecpat.org/wp-content/uploads/2021/05/Regional-CSEC-Overview_Latin-America-English.pdf

ECPAT Brazil (2015). Global Study on Sexual Exploitation of Children in Travel and Tourism Country-Specific Report Brazil. Disponível em: <https://ecpat.org/wp-content/uploads/2021/05/3.-SECTT-BRAZIL.pdf>

ECPAT International (2016). Terminology guidelines: for the protection of children from sexual exploitation and sexual abuse. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/TerminologyGuidelines_en.pdf

Escobar Olivo, V., Parada, H., & Limón Bravo, F. (2021). "I Don't Want Anyone to Follow My Path:" Commercial Sexual Exploitation of Children in the Dominican Republic. *Journal of Human Trafficking*, 1-15.

Europol (2020). Exploiting isolation: Offenders and victims of online child sexual abuse during the COVID-19 pandemic. European Union Agency for Law Enforcement Cooperation, Disponível em: https://www.europol.europa.eu/sites/default/files/documents/europol_covid_report-cse_jun2020v3_0.pdf

Freedom Fund (2024). Um enfoque sobre as vítimas invisíveis: Crianças e adolescentes envolvidas no comércio sexual na região metropolitana de Recife, Pernambuco, Brasil. Disponível em: https://www.freedomfund.org/app/uploads/2024/03/EnfoqueSobreAsVitimasInvisiveis_2024_02.pdf

Freire, D., & Skarbek, D. (2023). Vigilantism and Institutions: Understanding Attitudes toward Lynching in Brazil. *Research & Politics*, 10(1).

Garcia, L. G., & Olivar, J. M. N. (2021). Using one's body: sex, money and agency from the coast to the backlands of Northeast Brazil. *Feminist Theory*, 22(3), 361-380.

Harris, M., Allardyce, S., & Findlater, D. (2021). Child sexual abuse and Covid-19: Side effects of changed societies and positive lessons for prevention. *Criminal behaviour and mental health: CBMH*, 31(5), 289-292.

Heilborn, M. L., & Cabral, C. D. S. (2013). Youth, gender and sexual practices in Brazil. *Psicologia & Sociedade*, 25, 33-43,

Howard-Merrill, L., Pichon, M., Wamoyi, J., Kyegombe, N., Ignacio, C., Cerdeira, L., & Buller, A. M. (2022). Attitudes, beliefs and normative influences linked to transactional sex: Insights from LINEA formative research in Brazil, Tanzania and Uganda, Evidence Brief 2, February 2022, LINEA Project, LSHTM. Disponível em: <https://www.lshtm.ac.uk/sites/default/files/2022-02/LINEA%20Brief%202.pdf>

Ignacio, C.F., Araújo, D., Ruge, E., Cerdeira, L., Cosmelli, L., Page, V., Cislighi, V., Lauro, G., & Buller, A.M. (2020). Community perceptions of transactional sex with children and adolescent girls, a qualitative study in favelas of Rio de Janeiro, *Global Public Health*, 15(3), 424-437.

Jones, A. D. (2013). 'Pimping Your Child': Commercial Sexual Exploitation and Transactional Child Sexual Abuse. In A. Jones (ed), *Understanding child sexual abuse: perspectives from the Caribbean*, London: Palgrave Macmillan UK.

Klocker, N. (2007). An Example Of 'Thin' agency: Child Domestic Workers in Tanzania. In R. Panelli, S. Punch, & E. Robson (Eds.), *Global Perspectives on Rural Childhood and Youth: Young Rural Lives*. New York: Taylor and Francis Group.

Kyegombe, N., Meiksin, R., Namakula, S., Mulindwa, J., Muhumuza, R., Wamoyi, J., Heise, L. & Buller, A. M. (2020). Community perspectives on the extent to which transactional sex is viewed as sexual exploitation in Central Uganda. *BMC International Health and Human Rights*, 20, 1-16.

Laser, J., Hounmenou, C., and Peach, D. (2020). *Global Commercial and Sexual Exploitation of Children*. Oxford Research Encyclopedia of Criminology.

Le Clerq Ortega J.A., & Sánchez Lara G.R. (2017). IGI 2017 - Índice Global de Impunidade 2017. Dimensiones de la impunidad global. Puebla (MEX): Universidad de las Américas Puebla; 2017. Disponível em: https://www.udlap.mx/cesij/files/IGI-2017_esp.pdf

Library of Congress (2014). Brazil: Sexual Exploitation of Children Now a Heinous Crime, May 21, 2014. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/global-legal-monitor/2014-05-21/brazil-sexual-exploitation-of-children-now-a-heinous-crime/>

Medeiros, M.A. (2022). Intersectionality and normative masculinity in northeast Brazil. In N.T Fernandez & K. Nelson (eds), *Gendered Lives: Global Issues*. State University of New York Press.

Meyer, A. (2007). The Moral Rhetoric of Childhood. *Childhood*, 14(1), 85-104.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (n/d), Disque Direitos Humanos (Disque 100). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>

Morais, N. A. D., Cerqueira-Santos, E., Moura, A. D. S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Children and adolescents commercial sexual exploitation: a study with Brazilian truck drivers. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 263-271.

Oliveira, C. (2016). Brazil Grapples with Lynch Mob Epidemic: 'A Good Criminal Is a Dead Criminal'. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/06/brazil-lynch-mobs-vigilante-justice-fortaleza>

Olivar J.M.N., & Farias N. (2021). "Sexual Exploitation" as a Logic, and Its Effects of Power in Contemporary Brazil. *Social Sciences*. 10(2), 41.

Perez, P., Aldrian, A., & Stender, H. (2019). Child prostitution and sexual abuse in Latin America, with a special look at Paraguay. In E. Ullmann & W. Hilweg (eds), *Childhood and Trauma*, London: Routledge.

Perrin N.A., Levtov R.G., Ignacio C.F., Anunciação L., Landeira-Fernandez J., Cerdeira L., Lauro G., Cislighi B., & Buller A.M. (2022). Measuring social norms and attitudes about age-disparate transactional sex: Psychometric testing of the NAATSS. *Lancet Reg Health Am*.

Riley-Horvath, E. E. (2019). Substance Use treatment needs for survivors of commercial sexual exploitation of children. Doctoral dissertation, Waldern University. Disponível em: <https://scholarworks.waldenu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=8082&context=dissertations>

Santos, E.P.O. (2016). Enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas rodovias federais: uma análise da Polícia Rodoviária Federal na Região Metropolitana do Recife/PE. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco.

dos Santos, T. M. B., Pitangui, A. C. R., Bendo, C. B., Paiva, S. M., Cardoso, M. D., de Melo, J. P. R., & da Silva, L. M. P. (2017). Factors associated with the type of violence perpetrated against adolescents in the state of Pernambuco, Brazil. *Child Abuse & Neglect*, 67, 216-227.

Santos, B.R., Neumann, M., & Ippolito, R. (2004). Guia escolar: Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação. Disponível em http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia_Escolar.pdf

Segundo, M., Nascimento, M., Araujo, D., & Moura, T. (2012). Men, women and the commercial sexual exploitation of children and adolescents in four Brazilian cities: Results from a qualitative and quantitative study. Technical Report, Promundo Institute, Rio de Janeiro.

Simon, J., Luetzow, A., & Conte, J. R. (2020). Thirty years of the convention on the rights of the child: Developments in child sexual abuse and exploitation. *Child Abuse & Neglect*, 110(Pt 1), 104399.

Smallbone, S., Marshall, W. L., & Wortley, R. K. (2008). *Preventing Child Sexual Abuse: Evidence, Policy and Practice*. Uffculme, Devon: Willan Publishing.

Stockholm Declaration and Agenda for Action, Stockholm. (1996). Disponível em: https://www.dji.de/fileadmin/user_upload/izkk/StockholmAgenda1996.pdf

Stoebenau, K., Heise, L., Wamoyi, J., & Bobrova, N. (2016). Revisiting the understanding of "transactional sex" in sub-Saharan Africa: A review and synthesis of the literature. *Social Science & Medicine*, 168, 186-197.

Teles de Mendonça, V. N., Santana de Melo, D.C., Nascimento, F.S., & da Silva Clemente, F. (2023). Combatting the commercial sexual exploitation of children and adolescents in Brazil, University of Nottingham Rights Lab, Universidade Federal de Pernambuco, The Freedom Fund, UKRI and GECRIA, Disponível em: https://freedomfund.org/wp-content/uploads/AddressingCSECBrazil_ExecutiveReport_English.pdf

UNICEF (2001). Commercial sexual exploitation and sexual abuse of children in South Asia, <https://riselearningnetwork.org/wp-content/uploads/2015/09/CSEC-in-SA-UNICEF-Yokohama-Report.pdf>

UNICEF. (2014). Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children, UNICEF, New York, 2014, <https://www.unicef.org/media/66916/file/Hidden-in-plain-sight.pdf>

UNICEF (2021). Child protection systems strengthening, Disponível em: <https://www.unicef.org/media/110861/file/3.%20High-priority%20CPSS%20Interventions.pdf>

United Nations Development Program (2022). Atlas of Human Development in Brazil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>

Zsögön, M. C. (2019). Girls' exploitation in the triple border among Argentina, Brazil and Paraguay: Between Colonialism and Human Rights Narratives. *Society Register*, 3(4), 57-74.

VISÃO

Nossa visão é um mundo livre da escravidão.

MISSÃO

Nossa missão é mobilizar o conhecimento, o capital e a vontade necessários para acabar com a escravidão.

The Freedom Fund (UK)

Lower Ground
Caledonia House
223 Pentonville Rd
London, N1 9NG
+44 20 3777 2200

The Freedom Fund (US)

315 Flatbush Avenue
#406
Brooklyn, NY 11217
USA
+1 929 224 2448

 www.freedomfund.org

 info@freedomfund.org

 [@Freedom_Fund](https://twitter.com/Freedom_Fund)

The Freedom Fund is a United States 501(c)(3) public charity (EIN number 30-0805768).
The Freedom Fund UK is a company limited by guarantee registered in England and Wales
(company number 08926428) and a registered UK charity (registration number 1158838).